

## **2**

### **Social theory of international politics**

#### **2.1**

##### **Introdução**

Este capítulo visa entender melhor a teoria apresentada por Alexander Wendt, em seu livro "Social Theory of International Politics", de 1999. A teoria de Wendt é construída incorporando e discutindo as mais diversas correntes das Relações Internacionais, e introduzindo certos conceitos da teoria social. Esta visão abrangente servirá de base tanto para discutir outras visões e argumentos sobre a Guerra Fria, no capítulo 2, quanto para a análise no capítulo 3 do final da Guerra Fria. Como os blocos que formam a teoria se relacionam para construir o argumento de Wendt, é relevante entender as bases e as principais conclusões de seu livro neste capítulo, antes de passar à discussão de casos e temas específicos.

O capítulo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, uma revisão dos capítulos 1 a 4, a parte I do livro, onde Wendt procura dar a base para desenvolver o resto de seu argumento, concentrado nos capítulos 5, 6 e 7. Cada um destes três últimos merecerá uma seção própria, e especial atenção será dada ao capítulo 6, e aos conceitos de cultura e identidade. Em todo o capítulo 1 desta dissertação, críticas e comentários de outros autores, construtivistas ou não, sobre o texto de Wendt, serão introduzidos para dar um contexto mais rico ao modelo, e procurar delinear mais claramente a sua relação com o resto da disciplina, sem contudo transformar a discussão do "Social Theory of International Politics" em uma avaliação sobre o estado da disciplina, ou em um "grande debate".

#### **2.2**

##### **Construção da Teoria**

Na primeira parte do livro, Wendt trata de questões de segunda-ordem, ou seja, sobre o que existe e como podemos explicá-lo – ontologia, epistemologia e método. A teoria social se preocupa com as hipóteses fundamentais sobre a investigação social, como a natureza da agência humana, o papel das idéias e de forças materiais, e a forma apropriada de explicação, e estas questões se tornam mais importantes na política internacional porque esta não se apresenta

diretamente aos sentidos e teorias são freqüentemente refutadas na base de ontologia e epistemologia – a observação indireta é sempre carregada de teoria, ou seja, a realidade é vista sempre pela lente de alguma teoria.

A teoria construtivista, especificamente, ...

"[...] dois pilares fundamentais do construtivismo: (1) que as estruturas de associação humana são determinadas primariamente por idéias compartilhadas ao invés de forças materiais, e que (2) as identidades e os interesses de atores com objetivos são construídos por estas idéias compartilhadas ao invés de dadas pela natureza. O primeiro pilar representa uma abordagem 'idealista' da vida social, e em sua ênfase no compartilhamento de idéias; e também 'social' de um modo que a visão materialista, com sua ênfase em biologia, tecnologia ou ambiente, não é. O segundo pilar é 'holista' ou 'estruturalista' por sua ênfase nos efeitos importantes das estruturas sociais, em oposição à visão 'individualista' de que as estruturas sociais são redutíveis aos indivíduos. O construtivismo pode portanto ser visto como um tipo de 'idealismo estrutural'" (Wendt, 1999:1).

...adiciona elementos importantes para o debate sobre o final da Guerra Fria:

"Escolhendo uma estratégia construtivista, nós argumentamos que em toda política, doméstica e internacional, atores reproduzem ou alteram sistemas através de suas ações. Qualquer sistema internacional dado não existe por causa de suas estruturas imutáveis; ao invés disso, suas estruturas são dependentes das práticas dos atores para sua reprodução. Uma mudança fundamental do sistema internacional [o final da Guerra Fria] ocorre quando atores, através de suas práticas, mudam as regras e normas que constituem a interação internacional" (Koslowski et al., 1995:128).

O sistema internacional é um caso difícil para o construtivismo, por dois lados: em primeiro lugar, auto-interesse e coerção parecem tomar conta da política internacional. Embora haja o direito internacional e instituições, a capacidade destes em contrabalançar o poder e o interesse parecem ser limitadas; por outro lado, estados são muito mais autônomos em relação à sociedade à qual pertencem do que os indivíduos são de sua sociedade - e há controvérsias sobre se chega a constituir uma "sociedade anárquica", como defende Bull (1982). Estas preocupações encontram eco em céticos como Krasner:

"A robustez das normas é particularmente problemática no sistema internacional porque não há nenhuma estrutura de autoridade que possa julgar e decidir conflitos; normas têm estado em conflito, por exemplo direitos humanos ou estabilidade internacional versus autonomia e não-intervenção; o poder dos estados pode ser altamente assimétrico; e tomadores de decisão são socializados primariamente em sua cultura doméstica e não na cultura internacional" (Krasner, 2000:131).

Estas conclusões materialistas e individualistas<sup>1</sup> são geralmente aceitas por neorealistas, que são orientados por "Theory of International Politics", de Kenneth Waltz, que combina uma abordagem da micro-economia com uma ênfase no poder e no interesse.

Parte da teoria neorealista, como o seu lado racionalista, é compartilhado por neoliberais, que aceitam boa parte do individualismo, mas defendem que as instituições internacionais podem conter ou deslocar os efeitos do poder e do interesse.

"A teoria institucionalista assume que estados são os principais atores na política mundial e que se comportam com base em sua concepção de seu próprio auto-interesse. As capacidades relativas – a 'distribuição de poder' do realismo – continuam importantes, e estados devem depender de si mesmos para garantir ganhos da cooperação. Contudo, a teoria institucionalista enfatiza o papel das instituições internacionais na mudança das concepções do auto-interesse.[...]" (Keohane, 1999:271).

"Instituições adequadamente desenhadas podem ajudar egoístas a cooperar mesmo na ausência de um poder hegemônico." (Keohane, 1999:273).

Outra visão de mundo é o construtivismo:

"As diferenças entre e dentro destas três correntes [do construtivismo] são significativas, mas elas compartilham a visão de que o Neorealismo e o Neoliberalismo são 'subsociais' no sentido que prestam atenção insuficiente a como os atores na política internacional são socialmente construídos" (Wendt, 1999:4).

O pensamento construtivista recebe impulso com o fim da Guerra Fria, "que pegou todos os acadêmicos de surpresa, mas deixou as ortodoxias particularmente expostas. A teoria 'mainstream' de RI simplesmente tinha dificuldade em explicar o final da Guerra Fria, ou a mudança sistêmica de forma mais geral"(Wendt, 1999:4) – e esta dissertação procurará lidar com esta questão, utilizando o próprio modelo proposto por Wendt.

A teoria de Wendt é sistêmica no sentido em que toma como seu objeto de

---

<sup>1</sup> Individualista principalmente na analogia de Waltz com a teoria micro-econômica neoclássica, comparando estados a firmas e o sistema internacional a um mercado onde estados competem. Além disto, ao enfatizar os efeitos da estrutura internacional (a competição e socialização) em estados, Waltz parece dar a mesma importância à construção de baixo pra cima quanto a de cima para baixo – mas sem incluir a construção dos atores, o que deixa a sua história "de cima para baixo" mais fraca. (Wendt, 1999:16)

explicação, a variável dependente, os padrões de comportamento do Estado no nível agregado, ou seja, do sistema de Estados. É importante que a disciplina faça mais de um tipo de teoria, mas suas variáveis dependentes, comportamento agregado versus comportamento da unidade, estão em níveis diferentes de análise. Estas teorias são complementares, não competidoras, e não se deve igualar teoria sistêmica ao Realismo.

"Nenhuma filosofia ou tradição da teoria internacional pode fornecer tudo o que precisamos para um sólido entendimento das Relações Internacionais. Se pensarmos nas teorias como ferramentas, precisamos de ferramentas diferentes para tarefas diferentes. [...]. O que precisamos saber é o que cada ferramenta (teoria) pode – ou não pode – fazer, e então desenvolver nossas habilidades em usá-las, e quando apropriado, refiná-las." (Donnelly, 2000:174)

Apesar do enfoque sistêmico, é importante notar que a teoria de Wendt vai dar peso importante para a agência. Isso é relevante na medida em que abre um espaço para a mudança. Wendt deseja produzir uma teoria sobre o sistema internacional, que é específico e diferente do doméstico – outro ponto importante, já que a preocupação do trabalho é analisar a mudança da cultura do sistema internacional, criada a partir do conhecimento compartilhado entre os atores. Ele critica o neorealismo por não explicar mudanças, e sub-especificar estrutura, usando a anarquia como uma explicação (insatisfatória) para o egoísmo. Mas não quer jogar o bebê estrutural fora junto com a água suja neorealista.

Apesar de se dizer estruturalista, na realidade Waltz é um individualista, demonstrado mais claramente pela sua analogia com a teoria de micro-economia neoclássica, e materialista porque a estrutura do sistema internacional é definida como a distribuição de capacidades materiais entre unidades funcionalmente iguais operando sob anarquia. Além disto, deixa de lado a interação entre estados, ou "processo", porque erroneamente inclui a interação no reducionismo, ou seja, como atributo das unidades e não do sistema.

Wendt faz três críticas, que pretende resolver ao construir seu modelo de uma teoria sistêmica: uma é que o Neorealismo não é capaz de explicar a mudança estrutural, a lógica da anarquia é constante; outro problema é que a teoria estrutural neorealista é sub-especificada, há tantos resultados compatíveis com suas hipóteses que se torna difícil de falsificar. Finalmente, o papel explicativo central dado para a anarquia só faz sentindo enquanto sistema de auto-

ajuda, resultado do egoísmo dos Estados sobre sua segurança.

"Algumas vezes Estados são egoístas, e outras vezes não são, e esta variação pode mudar a 'lógica' da anarquia. O egoísmo 'salve-se quem puder' de uma anarquia Hobbesiana tem uma lógica diferente de um egoísmo mais contido de uma anarquia Lockean [...]" (Wendt, 1999:18).

A resposta a estas críticas nas Relações Internacionais vêm em dois grupos, um que deixa de lado os Estados e o sistema estatal e escolhe outras unidades de análise, ou outros níveis, o que não substitui a necessidade de teorias sistêmicas complementares. O outro grupo inclui pós-Waltzianos (termo de Wendt), e neoliberais. Os primeiros adotam o foco no poder, mas complementam com variáveis ideacionais ou outras variáveis do nível da unidade, enquanto neoliberais aproveitam e estendem a analogia micro-econômica de Waltz, mostrando como estados podem desenvolver regimes internacionais que promovem a cooperação e que perduram mesmo depois que a distribuição de poder que as tornou possível em primeiro lugar desaparece, além de voltar-se para "idéias" como uma variável adicional interveniente.

Este segundo grupo como um todo, no entanto, compartilha da definição de estrutura de Waltz. E é neste ponto que Wendt quer chamar atenção para o primeiro de três movimentos para reformular o conceito de estrutura (e de teoria estrutural): ela é exatamente o que Waltz diz que não pode ser – um fenômeno social e não material, e a base desta socialização é a "distribuição de conhecimento".

"O caráter da vida internacional é determinado pelas crenças e expectativas que Estados tem uns sobre os outros, e estas são constituídas por estruturas sociais em grande medida, não por estruturas materiais. Isto não significa que o poder material e os interesses são irrelevantes, mas que seu significado e seus efeitos dependem da estrutura social do sistema, e especificamente em qual das três 'culturas' da anarquia é dominante – Hobbesiana, Lockean ou Kantiana" [que Wendt vai explicar mais detalhadamente no capítulo 6] (Wendt, 1999:20).

O segundo movimento é argumentar que as identidades e interesses dos Estados são mais constituídos pelo sistema internacional do que pode parecer em uma abordagem econômica da estrutura. Finalmente, seguindo o movimento de Buzan, Jones e Little, Wendt argumenta que a interação é parte de uma teoria sistêmica, mas vai além: a anarquia não tem lógica separada do processo, e a interação em si é estruturada.

### 2.2.1 Realismo Científico

No segundo capítulo, Wendt procura relativizar as diferenças de epistemologia, alertando para o perigo de uma dedicação excessiva à métodos positivistas, transformados em ontologia tácita, implícita.

"O estado e o sistema internacional são estruturas reais cuja natureza pode ser vista através da ciência. Aceitação dessa afirmação leva ao 'realismo científico', uma filosofia da ciência que assume que o mundo existe independentemente dos seres humanos, e que teorias científicas maduras tipicamente referem-se a este mundo, e fazem isso mesmo quando os objetos da ciência não são observáveis. Teoria reflete realidade, e não o contrário;" (Wendt, 1999:47).

Para o realismo científico, o real existe e é objetivo, e é capaz de ser aprendido pela ciência. O fato de que Estados não são observáveis não impede que existam objetivamente. É possível construir conhecimentos sobre eles.

Alguns autores discordam desta postura científica:

"Meu problema principal com a teoria social de Wendt é que é acima de tudo uma tentativa de desenvolver uma análise científica do mundo social, e não acredito que tal abordagem seja adequada. Acredito que tal abordagem desvia-se da natureza do mundo social, e limita a gama de possibilidades para uma teoria social das Relações Internacionais baseada nela." (Smith, 2000:152).

E outros concordam:

"Igualmente importante, ele defende um método científico de testar teorias – que é tipicamente chamado de 'positivismo', independentemente do significado filosófico mais específico do termo. Wendt demonstra de forma convincente de que uma teoria construtivista pode ser formulada em termos científicos: que não é necessariamente associada a uma epistemologia pós-moderna" (Keohane, 2000:126).

E de fato, esta aproximação ao "mainstream" feita por Wendt, trazendo um construtivismo mais próximo da ortodoxia (o que ele chama de *via media*), é fonte de controvérsia, especialmente com outros construtivistas mais radicais que o consideram quase como um "traidor" da causa, como Kubalkova e o próprio Smith (Kubalkova, 2001).

O realismo científico teria três corolários:

- o mundo é independente da mente e da linguagem de observadores

individuais

- teorias científicas maduras referem-se a este mundo
- mesmo quando não é diretamente observável

O conceito de independência do mundo coloca ontologia antes de epistemologia – a crença de que tanto observáveis existem independentemente de seres humanos (realismo do senso comum) , quanto fenômenos não observáveis (realismo científico). Empiricistas são realistas do senso comum, e Wendt argumenta que interpretivistas e pós-modernistas são realistas tácitos do senso comum, mas todos rejeitam o realismo científico porque rejeitam a realidade de não-observáveis – neste caso o estado e o sistema de estados. (Wendt, 1999:52).

Quanto à referência – como o significado de termos é estabelecido- , existem três correntes: a teoria da descrição que empiricistas defendem, a teoria relacional de pós-modernos e a teoria causal dos realistas. A primeira afirma que o significado e a verdade são função da descrição dentro da linguagem, e não uma relação entre palavras e realidade – baseando a descrição na observação. O problema principal é que não permite uma referência bem-sucedida se a descrição não for correta. Se nossas descrições mudam, as entidades às quais se referem têm que mudar também. Os significados têm que ter algo a ver com a relação das palavras com o mundo externo.

A teoria relacional de referência rejeita a visão empiricista de que o significado está claro quando uma palavra é compreendida ("logocentrismo") e afirma ao invés disso que o significado é produzido por relações de diferença dentro de um discurso. De acordo com a teoria relacional de referência presente, por exemplo, na análise de David Campbell sobre a política externa americana, simplesmente não é possível avaliar o que a ameaça Soviética "realmente era", portanto a verdade é estabelecida inteiramente dentro do discurso, e não por uma correspondência a uma realidade além do discurso.

"O principal problema com a teoria relacional de referência é que ela não pode lidar com a resistência do mundo a certas representações, e assim lidar com as falhas de representação [...]. [As teorias descritivas e relacionais] são similares em pelo menos um aspecto crucial: nenhuma delas baseia significado e verdade em um mundo externo que regula seu conteúdo. Ambos privilegiam epistemologia sobre ontologia. O que é necessário é uma teoria de referência que leva em conta a contribuição da mente e da linguagem, mas ainda está ancorada à realidade externa" (Wendt, 1999:56-57).

A solução é a teoria causal de referência, que funciona por um processo de dois estágios: primeiro um "batismo", aonde um novo referente recebe um nome; em seguida, esta conexão termo-coisa é passada por uma cadeia de pessoas até chegar aos indivíduos atuais. Ambas as fases são causais, a primeira porque o referente causou uma impressão nos sentidos de alguém de um tal modo que este alguém foi induzido a dar-lhe um nome, e a segunda porque a passagem de significados é um processo causal de imitação e aprendizado social. Na visão do realismo científico, crenças são determinadas por discurso e pela natureza- estas crenças não são completamente construídas social ou mentalmente.

Em sua forma mais pura a teoria causal de referência é aplicável principalmente a tipos naturais, e elementos das outras teorias têm que ser incorporados para lidar com tipos sociais.

A teoria causal tem duas correntes críticas principais. A primeira questiona a relação entre referência e verdade. Apesar do realismo usar uma teoria de correspondência com a verdade, ou seja, julgando a veracidade de teorias dependendo de sua relação com estados do mundo, realistas concordam que toda observação é carregada de teoria, ou seja, o realismo é anti-fundacionista. Verdade pressupõe referência, mas a referência não pressupõe verdade. Outro problema para a teoria causal é que as fronteiras de muitos tipos naturais são difíceis de especificar. Uma solução é argumentar que espécies e outros tipos naturais tem conjuntos homeostáticos de propriedades. Alguns elementos individuais nestes conjuntos podem não ser essenciais, e portanto haverão estereótipos e conjuntos borrados ao invés de condições necessárias e suficientes. E este argumento é importante porque será retomado quando Wendt for falar do Estado, que terá certas propriedades essenciais – senão não seria possível falar dos Estados Unidos ou da União Soviética, mas sim de governantes, regimes e indivíduos.

Finalmente, ao falar dos não-observáveis, Wendt vai defender a "inferência pela melhor explicação", ou seja, inferir a existência de não-observáveis como causa de certos efeitos observáveis, dada que a teoria que explica esta relação é a explicação mais satisfatória para estes efeitos, mesmo que possa ser provada falsa mais tarde. Na visão realista, o sistema de estados existe independentemente dos cientistas sociais, e a interação com esta realidade deve regular nossas teorias sobre este sistema. A observação é carregada de teoria, mas não é determinada por

ela.

O argumento final em defesa do realismo é que, se assumimos que a ciência tem tido maior sucesso em ajudar o homem a manipular o mundo, é porque sabemos coisas sobre o mundo que antes não eram conhecidas. A ciência é bem-sucedida, nesta visão, porque gradualmente traz o nosso entendimento teórico para mais perto da estrutura profunda do mundo que existe lá fora. Seria um "milagre" se funcionassem tão bem sem corresponder em alguma medida a esta estrutura.

Wendt separa tipos sociais e naturais (um movimento contestado), e sua caracterização dos tipos sociais como separados entre sujeito e objeto é relevante para o estudo do final da Guerra Fria:

"Mesmo quando tipos sociais não são independentes quanto à mente/discurso da coletividade que os constitui, eles normalmente *são* independentes das mentes e do discurso dos indivíduos que querem explicá-los. [...] Indivíduos não constituem tipos sociais, coletividades é que o fazem, e assim, tipos sociais confrontam os indivíduos como fatos sociais objetivos. [...] Quando tipos sociais são reificados existe uma clara distinção entre sujeito e objeto. Contudo, há ocasiões em que as coletividades tomam consciência dos tipos sociais que estão construindo e tomam medidas para mudá-los, no que se pode chamar de um momento de 'reflexividade' " (Wendt, 1999:76,77).

Isto é crucial para esta dissertação, porque resgata o argumento de Wendt em seu artigo "Anarchy is What States Make of It", onde caracterizou o "Novo Pensamento" da segunda metade da década de 80 como justamente um destes momentos de reflexividade, onde os líderes soviéticos percebem que as políticas externas Soviéticas contribuíam para a hostilidade ocidental, que por sua vez levava a um esforço desmedido de defesa por parte da União Soviética. Ou seja, a prática dos dois atores constituía o sistema competitivo de segurança que caracterizava sua interação, e confrontava os atores como um "fato social objetivo", aparentemente imutável. Este potencial reflexivo é o que Giddens chamou de "dupla hermenêutica" : "tanto nas ciências naturais quanto nas sociais, a observação do mundo é afetada por nossas teorias, mas apenas as teorias das ciências sociais são capazes de se tornar parte do mundo" (Wendt, 1999:76).

### 2.2.2 Idealismo

Ao lidar com o materialismo, Wendt tem o objetivo de mostrar que o aparente poder de explicação de explicações materialistas é, na verdade, constituído por hipóteses implícitas sobre o conteúdo e a distribuição das idéias – sem diminuir a importância do poder e dos interesses, mas redescrevendo-os em termos ideacionais. Não há uma relação direta entre o "objetivo" e o "material". A idéia principal é de que o significado do poder e o conteúdo dos interesses dependem fundamentalmente de idéias.

Relações de poder moldam a política internacional, de acordo com realistas. Neoliberais e marxistas concordam que o poder é relevante, e pós-modernos acreditam que permeia tudo. Que poder e interesse importam não se discute. Mas o que diferencia o realismo é a hipótese materialista de que os efeitos do poder são dados principalmente por forças materiais. A hipótese defendida por Wendt é de que o poder é constituído primariamente por idéias e por contextos culturais. (Wendt, 1999:94)

A teoria de estrutura de Waltz, que declaradamente depende da anarquia e da distribuição de capacidades materiais, na realidade depende de hipóteses implícitas sobre a distribuição de interesses – e estes interesses são constituídos por idéias. (Wendt, 1999:96)

Waltz de fato assume implicitamente que os estados são potências satisfeitas, interessadas no status quo, e sua teoria de fato depende desta hipótese sobre a motivação, já que estados com interesses no status quo vão constituir um tipo de anarquia. O significado que a anarquia e a distribuição de capacidades materiais vai ter para os estados será diferente se forem motivados por revisionismo, ou por cautela - estados "equilibram" contra ameaças, não contra poder. Waltz portanto tem uma hipótese implícita sobre a estrutura social da política internacional, tendo adicionado duas coisas que não pertenceriam a uma teoria estrutural – atributos não-relativos à capacidade (o egoísmo) e o tipo de relação entre as unidades (auto-ajuda). (Wendt, 1999:97-99).

Enquanto o Realismo defende que os interesses nacionais tem uma base material, com base em uma combinação de natureza humana, anarquia e capacidades materiais brutas. Wendt argumenta que apenas uma pequena parte do

que constitui interesses é realmente material – a natureza humana. O resto são idéias: esquemas e deliberações que são constituídas por idéias compartilhadas ou cultura.

Mas como ligar as idéias aos interesses? Uma teoria existente é a teoria da escolha racional: as preferências e expectativas geram comportamento, ou seja, desejo mais crença produz ação.

"O racionalismo trata o desejo (ou preferência ou interesse) e crenças (ou expectativas ou idéias) como variáveis distintas, o que sugere que desejos não dependem de crenças e são portanto materiais. Esta conotação é reforçada pelo fato de que racionalistas normalmente não perguntam de onde vem os interesses. É desta maneira que uma metodologia se torna em ontologia tácita" (Wendt, 1999:115).

A alternativa está em uma teoria cognitiva do desejo. Uma possibilidade de abordar esta teoria está nos esquemas de Roy D'Andrade, que são estruturas de conhecimento que permitem a identificação (referência) a objetos e eventos. No interacionismo simbólico, muitos destes esquemas, sejam eles objetivos ou interesses, são constituídos por identidades, que são esquemas sobre o "Self". Esquemas de motivação têm uma hierarquia dentro do "Self", o que permite explicar qual decisão de ação será tomada por uma determinada pessoa em alguma situação específica. Estes esquemas não são dados pela natureza humana, é relevante ressaltar. Já R.B.K Howe...

"argumenta que mesmo os desejos mais primitivos são na maior parte 'sem direção', e dependem das crenças sobre o que é desejável para dar-lhes conteúdo. Crenças definam e direcionam necessidades materiais. É a percepção de valor em um objetivo que constitui o motivo para persegui-lo, não algum imperativo biológico implícito. [...] mas mais frequentemente são aprendidos através de uma socialização na cultura." (Wendt, 1999:123).

O que Wendt fará é argumentar que certos grupos, inclusive Estados, também têm desejos. O desejo de ser um Estado do status quo, revisionista, ou coletivista, por exemplo, é constituído pelas idéias compartilhadas, ou seja, pela cultura do sistema internacional.

Wendt vai mais longe e adiciona um terceiro elemento à equação racionalista (desejo + crença = ação) – a razão ou deliberação. A teoria da escolha racional de fato tem uma concepção muito crua de razão, conceitualizada em

termos instrumentais, como nada mais do que ter desejos e crenças estáveis, e a escolha dependendo de uma maximização da utilidade esperada. O resultado é que esta teoria é altamente determinística, representando forças cegas, mecanismos. Além disso, retira a dimensão da responsabilidade: se os homens nada mais são do que resultado de desejos e crenças que não podem controlar, como podem ser responsabilizados por suas ações?

Pessoas também podem agir em função de benefícios ou desejos futuros, que ainda não possuem, ou agir contra ou apesar dos seus desejos, restringindo-se pela razão ou moralidade. Na redefinição da utilidade para uma teoria dos jogos que incorpora o construtivismo (mais sobre isto no capítulo 3), O'Neill se aproxima deste raciocínio:

"Ver a utilidade como representando escolhas e não causas expandiu o potencial de aplicação da teoria. No conceito antigo, já que a utilidade era um estado psicológico desencadeado por eventos objetivos, indivíduos poderiam ter utilidade apenas em relação a eventos que podem influenciar suas vidas. Na redefinição, indivíduos tem utilidade para qualquer evento que suas decisões possam influenciar. Torna-se plausível que tenham objetivos além do prazer e do auto-interesse. Em exemplos deste livro, pessoas dão a vida pela honra, se preocupam com o futuro bem-estar do seu país, ou com sua reputação depois da morte. Eles têm utilidade em resultados que não vão viver para ver." (O'Neill, 2001:254-255)

Reduzir a deliberação a uma escolha entre desejos conflitantes não pode portanto explicar o comportamento – os desejos realmente capazes disso são os desejos "apropriados". E uma ênfase no papel da deliberação na constituição dos interesses é mais adequada ainda quando as decisões são tomadas por um grupo (o estado) – que muitas vezes enfrenta a dificuldade de saber quais são seus interesses, e não como pesá-los uns contra os outros. E esta deliberação pode gerar resultados surpreendentes, mesmo quando as condições estruturais permanecem constantes:

"Tal parece ter sido o caso com o Novo Pensamento Soviético sob Gorbachev. Aqueles que defendem o modelo das forças cegas da ação intencional vão dizer que a liderança Soviética *tinha* que mudar suas políticas devido à sua posição de declínio de poder relativo. (...) Condições estruturais não forçaram auto-consciência nos Soviéticos. O comportamento soviético mudou quando eles redefiniram seus interesses, como resultado de terem olhado seus desejos e crenças existentes de modo auto-crítico. O modelo reflexivo de explicação da intenção captura este processo mais naturalmente do que o modelo das forças cegas" (Wendt, 1999:129)

Wendt propõe que "interesses são crenças sobre como atender necessidades"(Wendt 1999:130), então é necessário clarificar o que são necessidades: elas referem-se aos requerimentos para reprodução funcional de um tipo particular de agente, e dois tipos existem: as necessidades de identidade e as necessidades materiais. As primeiras são da cognição individual e social, mais do que da biologia. Dentre as necessidades materiais, Wendt destaca 5 - e haverá um paralelo quando falar do Estado, embora grupos não tem corpos, então terão necessidades de identidade que não podem ser reduzidas às necessidades materiais dos indivíduos, embora contribuam para a satisfação destas últimas – elas são a segurança física, segurança ontológica, sociabilidade, auto-estima, e transcendência.

E quando necessidades (de identidade ou materiais) não são atendidas, existe medo, ansiedade, ou frustração, que pode levar a uma mudança de interesses, mais esforço, ou agressão. O comportamento de medo, insegurança e agressão do Realismo clássico, portanto, são contingentes, resultado de necessidades não atendidas, e portanto contingentes. Muito mais do que em animais, o comportamento humano é subdeterminado pela sua natureza, o comportamento humano é "socialmente contingente" e não "essencialmente material".

Na defesa final da sua abordagem idealista ao estudo dos interesses nas Relações Internacionais, Wendt trata um ponto de suma importância para esta dissertação: as novas possibilidades para o estudo da política externa e mudança sistêmica. Wendt alerta que idealismo não é uma visão utópica, e que mudar a mente de alguém é mais difícil do que mudar seu comportamento.

"Contudo, na medida em que interesses sejam constituídos por crenças nós podemos ter mais esperança de mudá-los do que se eles simplesmente refletissem natureza humana [...]. o fato permanece que se interesses são constituídos por idéias, então processos discursivos de deliberação, aprendizado e negociação são veículos em potencial para uma política externa, e até para a mudança estrutural, que seriam ignorados por uma abordagem materialista" (Wendt, 1999:135).

Em suma, o argumento é que o significado da distribuição do poder depende da distribuição de interesses, e estes interesses são em importante medida constituídos por idéias. O poder e os interesses não tem menor peso, mas os efeitos que produzem são mediados pelas idéias que os compõem, e estas idéias

não tem efeitos apenas causais. É sempre relevante investigar as condições discursivas que permitem que explicações materialistas funcionem, seja para analisar a inimizade, a interdependência ou o capitalismo, que dependem de um contexto de significado. O materialismo, longe de ser um sinônimo de objetividade, se definido de maneira mais restrita, tem um papel muito pequeno na explicação do comportamento dos atores.

"Fenômenos culturais são tão objetivos, tão restritivos, tão *reais* quanto o poder e o interesse. A teoria social idealista não procura negar a existência do mundo real. O ponto é que o mundo real consiste de muito mais do que forças materiais *puras*. Ao contrário de versões potencialmente mais radicais do construtivismo, não nego a existência e o poder causal independente destas forças, mas acredito que sejam menos importantes e menos interessantes do que os contextos de significado que os seres humanos constroem ao seu redor" (Wendt, 1999:136).

### 2.2.3 Holismo

Além de idealista, a teoria de Wendt é estrutural, e o autor vai tratar disto em seguida. A estrutura de qualquer sistema social teria três elementos: condições materiais, interesses, e idéias. Embora articulados entre si, a tarefa da teoria estrutural é mostrar como estes elementos se combinam em um todo.

"Uma premissa importante da teoria social idealista é que as pessoas agem em relação a objetos, incluindo outras pessoas, na base do significado que estes objetos têm para elas" (Wendt, 1999:140). Contudo, apenas as idéias que as pessoas acreditam serem verdadeiras influenciam suas ações, daí a conceito de conhecimento, uma crença que o ator considera ser verdadeira. A distribuição de idéias na estrutura social pode então ser vista como uma distribuição de conhecimento, um componente mais amplo que inclui tanto o componente ideacional dos interesses quanto crenças e expectativas em geral.

Este conhecimento pode ser privado ou compartilhado, no primeiro caso refletindo crenças que determinados atores possuem e que outros não, no caso dos atores estatais provavelmente advindas de ideologia ou condições domésticas. A relevância destas crenças privadas vai além do estudo de política externa de determinados atores, porque na medida em que há interação, estas crenças se tornam uma estrutura social de conhecimento, na mesma medida em que

capacidades materiais agregadas são sistêmicas. Esta é a estrutura social mínima, onde os atores agem com propósito e levam os outros em consideração quando decidem suas ações.

Esta é o sistema de estados de Bull, que ainda não constitui uma sociedade:

"Um sistema de estados (ou sistema internacional) é formado quando dois ou mais estados tem suficiente contato entre eles, e tem suficiente impacto nas decisões uns dos outros, para que se comportem – pelo menos em alguma medida – como partes de um todo" (Bull, 1977:9).

Mas Wendt quer ir além da distribuição do conhecimento privado para chegar em um subconjunto da estrutura social, que é o conhecimento compartilhado ou a "cultura". "O conhecimento compartilhado é um conhecimento que é comum e conectado entre indivíduos" (Wendt, 1999:141). Este conhecimento compartilhado não é necessariamente conflitivo ou cooperativo; como na teoria dos jogos (e isso será importante para introduzir o pensamento de O'Neill, a análise da cultura é analiticamente indiferente sobre o conteúdo destas relações sociais. A inimizade também é um fato cultural. A cultura também não é um setor ou esfera distinto da sociedade, mas está presente sempre que houver conhecimento compartilhado. Setores como economia e política são constituídos como esferas separadas da sociedade pela cultura.

Duas correntes tratam da questão cultural na política internacional: construtivismo e racionalistas. "Os construtivistas nas RI só começaram a usar o termo 'cultura' recentemente, mas uma preocupação com o conhecimento compartilhado na forma de discurso, normas e ideologia tem estado no coração de seu trabalho desde o início." (Wendt, 1999:142).

E de fato, o construtivismo de Onuf e Kubalkova pode não estar tão distante assim do de Wendt, se procurarmos uma ponte entre os atos discursivos e "rule" e o conhecimento compartilhado ou cultura de Wendt. E a cultura que aparentemente não está conectada à teoria da escolha racional que é associada freqüentemente a um materialismo que privilegia interesses e não crenças, aparece na forma de uma preocupação com o conhecimento compartilhado, na forma de um foco no "conhecimento comum". Uma das tarefas que Wendt se propõe é explicar a diferença entre os princípios racionalistas e os construtivistas no estudo da cultura, e que contribuição estes últimos podem fazer.

Wendt combina elementos da teoria estruturacionista (Giddens, Bhaskar) e do interacionismo simbólico (Mead), para distinguir entre dois níveis (micro e macro), dois efeitos da estrutura (causais e constitutivos) e dois objetos (comportamento e propriedades). A análise construtivista traria a sua maior contribuição no estudo dos efeitos constitutivos no nível micro, e especialmente, no nível macro.

Wendt desenvolve os dois níveis da estrutura a partir da construção de Waltz. Waltz afirma que as Relações Internacionais devem ser estudadas a partir de um modelo sistêmico, ou seja, concentrando-se no sistema como um todo e não nos atributos de cada unidade. Ele argumenta que as teorias que focalizam nos atributos individuais de cada Estado são reducionistas (no que Wendt concorda), mas adiciona interação a esta definição.

"Isso é outra coisa completamente diferente, já que a interação pode ter efeitos que não são previstos pelas propriedades apenas. Enquanto que as teorias de atributos explicam de uma maneira estritamente 'de dentro para fora', as teorias da interação incluem características do contexto externo, e assim tem um aspecto 'de fora para dentro'" (Wendt, 1999:145).

O nível da interação é ressaltado na análise de Buzan, et al (1993), que argumentam pela separação da interação (ou "processo") como um mecanismo causal distinto. Contudo, terminam por concordar com Waltz que estes contextos de interação não devem ser chamados de "estruturas", ou mesmo constituir um nível distinto de análise.

A estratégia de Waltz ao procurar enfatizar a autonomia do nível estrutural incorre então dois erros. Um é que só pode haver um nível de estrutura no sistema internacional, a anarquia, e que a autonomia deste nível depende de ter efeitos independentes das propriedades e interações dos estados. Mas...

"os efeitos da anarquia são contingentes quanto aos desejos e crenças que estados possuem, e as políticas que seguem. Simplesmente não há uma 'lógica da anarquia'. [...] agentes e interação são essenciais para o poder causal da estrutura [...] o problema com a concepção de Waltz da diferença entre nível da unidade e da estrutura, portanto, é que 'reifica' estrutura no sentido de separá-la dos agentes e das práticas pelos quais é produzida e reproduzida." (Wendt, 1999:146).

A interação deve ser tratada como um nível de análise distinto da unidade, e localizada dentro do âmbito da teoria sistêmica. Esta interação é estruturada, e

forma micro-estruturas porque descreve o mundo do ponto de vista dos agentes, ao contrário das macro-estruturas de Waltz, que descrevem a visão do ponto de vista do sistema. As teorias reducionistas então têm seu escopo reduzido na definição de Wendt, são aquelas que explicam comportamento por referência a atributos, mas não interações, de estados individuais – uma posição atomista, que assume implicitamente que estados são autistas.

As teorias que tratam do nível da interação, micro-estruturais, explicam comportamento referindo-se aos relacionamentos entre as partes do sistema. Atores intencionais interagem quando levam uns aos outros em conta quando tomam suas decisões, seja na forma de parâmetros do ambiente sobre os quais não têm controle (micro-economia), seja por situações como a barganha onde o resultado de cada um depende das escolhas do outro (teoria dos jogos).

A interação não é contudo o único nível onde o sistema internacional é estruturado. Para Waltz, o mecanismo causal do efeito de seleção, operando no nível da população dos estados (e não estados individuais ou a interação entre estes), é que explica a tendência para isomorfia funcional e o comportamento de equilibrar poder. Embora dependa de uma tirania das pequenas decisões, os efeitos da anarquia não são redutíveis aos atributos ou interação de atores específicos.

O mecanismo causal para explicações macro-estruturais não precisa tomar a forma da seleção natural, pode acontecer por um processo de aprendizado social (que será visto por Wendt mais tarde ao analisar processo). O mecanismo de seleção natural no entanto pode demonstrar o problema da "multiple realizability":

"Quer seja no relacionamento de partículas com átomos, estados do cérebro para estados mentais, língua e linguagem, ou fatos individuais e fatos sociais, existem várias combinações de propriedades e interações no nível mais baixo [micro] que vão gerar a mesma configuração no nível macro. [...] Em cada caso certas características do nível da unidade ou da interação são *suficientes* para a existência de uma configuração macro, mas não são *necessárias*. Macro-configurações são 'sobre-determinadas.'" (Wendt, 1999:152).

A macro-teoria é importante como um fim em si mesma, portanto, já que uma ênfase excessiva no nível micro é problemática por duas razões: A primeira é que se diferentes combinações no nível micro resultam na mesma configuração macro, então informações no nível micro podem estar oferecendo detalhes

irrelevantes. O segundo problema é que alguns mecanismos causais existem apenas no nível macro.

A superveniência pode resumir esta relação entre estruturas micro e macro – o fato de que as macro-estruturas não podem ser reduzidas a micro-estruturas, mas dependem destas para sua existência. "(...) uma classe de fatos (macro) é dita ser 'superveniente' sobre outra classe de fatos (micro) quando a semelhança com respeito a micro-configurações significa semelhança com respeito a macro-configurações." (Wendt, 1999:156).

A questão de quantas maneiras diferentes a mesma estrutura macro pode ser obtida por combinações de seus elementos é relevante para a mudança estrutural no nível macro: quando mais estreito for o controle do subsistema, mais sensível será a macro-estrutura a mudanças nos níveis inferiores. Enquanto que o Neorealismo parece argumentar que políticas de poder e de equilíbrio são quase infinitamente realizáveis, o construtivismo de Wendt vai apontar pelo menos três culturas da anarquia, cada uma com sua lógica e tendência.

Mas qual é então o conteúdo destes dois níveis (micro e macro) uma vez que se aceita esta divisão da estrutura do sistema internacional? Wendt vai defender que o conceito de conhecimento comum da teoria dos jogos oferece um bom ponto de partida para entender como a cultura é estruturada no nível micro. O construtivismo adiciona a ênfase na questão constitutiva. E a cultura no nível macro pode ser pensada em termos de representações ou conhecimento coletivos (idéia de Durkheim).

“O interesse de teóricos dos jogos em conhecimento comum constitui uma virada ‘idealista’ importante em uma teoria muitas vezes associada com o materialismo. Ao contrário do recente interesse de alguns realistas no papel de crenças, não há nenhum perigo de um desvio degenerativo já que crença [belief] sempre foi um elemento essencial na teoria intencional da ação. [...]. Conhecimento comum é sobre as crenças de atores sobre a racionalidade, estratégias, preferências e crenças de outros, assim como sobre estados do mundo externo. Essas crenças não precisam ser verdadeiras, basta que se acredite serem verdadeiras. [...] Formas culturais específicas como normas, regras, instituições, convenções, ideologias, costumes e leis são todas feitas de conhecimento comum” (Wendt, 1999: 160).

Esta noção da teoria dos jogos como uma potencial aliada do

construtivismo<sup>2</sup> encontra eco em O'Neill, que em seu livro sobre símbolos, honra e guerra, propõe-se a utilizar elementos da filosofia da linguagem, teoria dos jogos e lingüística cognitiva, enfatizando a construção social, conhecimento compartilhado, ou crenças convergentes, na forma de um modelo preciso sobre crenças:

"A modelagem pela teoria dos jogos do conflito internacional tem sido vista como a versão matemática do 'realismo' na teoria das Relações Internacionais, que argumenta que os principais determinantes da ação são recursos materiais e interesses nacionais. Na realidade, não há nada na teoria dos jogos que leve a isso.[...] O movimento construtivista tem tido uma objeção tradicional a modelos de jogos e decisões: eles não teriam contexto, ou seja, excluiriam psicologia, história e cultura. A discussão deste livro sobre símbolos, honra, prestígio e desafios explicitamente mostra onde cultura, precedente e psicologia entram no modelo do jogo, determinando as funções de utilidade de um jogador ou a seleção de um resultado dentre diversas possibilidades" (O'Neill, 2001:260-261).

O conhecimento comum trata das crenças dos atores sobre a razão, estratégias, preferências e crenças dos outros atores, e sobre o mundo externo (crenças sobre crenças). Estas crenças não precisam ser verdadeiras, basta que sejam consideradas verdadeiras. Um conhecimento é comum a um grupo de todos acreditam em uma proposição, e acreditam que todos acreditam nesta proposição, e daí em diante. Trata-se de crenças interligadas, não é necessário que todos tenham as mesmas crenças. Isto dá ao conhecimento comum um caráter intersubjetivo (crenças sobre as crenças de outros), e portanto, não é uma estrutura do nível da unidade. Ao mesmo tempo, o conhecimento comum é subjetivo, porque está na "mente" dos atores, e portanto não é uma estrutura do nível macro – é uma característica do nível da interação.

O conhecimento comum, é relevante ressaltar, assim como a cultura, não tem um caráter necessariamente cooperativo, crenças compartilhadas podem constituir uma guerra Hobbesiana de todos contra todos ou uma paz perpétua Kantiana.

A relação entre o conhecimento comum e as crenças dos atores é de redutibilidade, não superveniência. O conhecimento comum não é nada além de crenças nas mentes, nada mais que "modelos mentais compartilhados". Além disso, explica resultados pela teoria intencional da ação: a cultura importa neste

---

<sup>2</sup> Esta convergência é relevante e será retomada no capítulo 3 desta dissertação, na forma de uma

caso apenas na medida em que afeta o cálculo dos atores, não mais, não menos.

Mas o conhecimento coletivo é diferente, e sua relação com as crenças de indivíduos é de superveniência, ou seja, "multiple realizability".

"As estruturas de conhecimento coletivo dependem dos atores acreditarem em algo que os induzem a práticas que reproduzem estas estruturas. [...] As crenças de um grupo estão freqüentemente presentes na 'memória coletiva'<sup>3</sup>, os mitos, narrativas e tradições que constituem o que o grupo é e como ele se relaciona com outros. [...] Uma vez que memórias coletivas tenham sido criadas é difícil se livrar de seus efeitos no longo prazo, mesmo se a maioria dos indivíduos as 'esqueceu' em um determinado momento." (Wendt, 1999:162-163).

Cultura é mais do que a soma das idéias compartilhadas que indivíduos têm em suas mentes, em contraste com o conhecimento comum, estruturas de conhecimento coletivo e o comportamento que geram não mudam automaticamente junto com seus elementos, mas pela superveniência, uma mudança no nível macro implica em uma mudança no nível micro.

E quais são os efeitos da estrutura como um todo? Parte dos efeitos é causal, ou seja, uma mudança em um objeto a partir de uma mudança no estado de outro objeto que existe de forma independente do primeiro. Outra parte é constitutiva, ou seja, como as propriedades de um fazem do outro o que ele é. A primeira envolve uma relação de co-determinação, a segunda de constituição mútua. Embora às vezes estes efeitos (causais e constitutivos) são colocados para normas diferentes, assim como Onuf, Wendt assume que as normas são as mesmas, mas elas variam em sua composição de efeitos causais e constitutivos.

Para haver efeitos causais, deve haver uma independência ontológica dos objetos, ou seja, dos indivíduos em relação à sociedade. Agente são entidades que se auto-organizam. Teóricos de jogos se interessam pelo conhecimento comum porque ele permite resolver jogos onde a estrutura de preferências e capacidade, sozinha, gera múltiplos equilíbrios. O conhecimento comum resolve estes jogos definindo pontos focais para a convergência das expectativas dos atores. Cauteloso sobre a força e o alcance destas normas (ou seja, restringindo-se ao

---

contribuição para a análise do processo de altercasting.

<sup>3</sup> Embora Wendt faça referência à situação de guerra civil na Bósnia, a questão da memória coletiva pode ser relevante na análise do final da Guerra Fria. Enquanto o conhecimento coletivo, a cultura do sistema internacional, passava por uma transformação, parte destas memórias coletivas que pertencem à Guerra Fria, ou à cultura política dos Estados Unidos, podem ter permanecido, apenas para demonstrar sua permanência mais tarde.

efeito causal sobre o comportamento, e não ao efeito constitutivo sobre identidades e interesses que é a contribuição maior do construtivismo), temos Keohane, que argumenta que as instituições, normas (e no caso, regimes) orientam a ação do Estado e oferecem segurança ontológica.

"Não existe cultura política no seu sentido mais completo, mas mesmo na política internacional, as pessoas criam teias de significados. Elas desenvolvem modelos implícitos de comportamento, alguns dos quais enfatizam o princípio de soberania e legitimizam a busca do auto-interesse, enquanto outros utilizam princípios bem diferentes. Qualquer ato de cooperação ou aparente cooperação precisa ser interpretado dentro do contexto de ações relacionadas, e de expectativas prevalecente e crenças compartilhadas, antes que seu significado possa realmente ser compreendido. Fragmentos do comportamento político tornam-se compreensíveis quando vistos como parte de um mosaico maior" (Keohane, 1984:56).

O conhecimento comum, nos regimes de Keohane e na história de Schelling sobre o encontro de dois amigos em Nova Iorque<sup>4</sup>, ajuda a explicar como agentes podem coordenar suas ações sob complexidade e incerteza (no caso de Keohane, resultado da condição anárquica), mas negligencia outras possibilidades.

De fato, identidades e interesses têm que vir de algum lugar, e este lugar é claramente a sociedade. O processo pelo qual são constituídos é chamado de socialização, ou seja, o processo de adaptar o próprio comportamento às expectativas da sociedade (o aprendizado simples) e assim é possível estudá-lo sem entrar na formação de identidades e interesses (aprendizado complexo), como Waltz faz. Mas a socialização também é um processo de formação de identidades e interesses que não pode ser ignorado. Um modo de pensar na interação com hipóteses sobre a formação de identidades e interesses é através do interacionismo simbólico de Mead (reexaminado mais tarde ao falar da cultura e principalmente do processo, da interação) – sua hipótese sobre os efeitos causais, que pode ser compatível com o individualismo, é que os atores aprendem identidades e interesses graças ao modo como "significant others" os tratam (avaliações refletidas). A hipótese sobre efeitos constitutivos, que diverge do individualismo, vê as identidades como papéis que são internamente relacionados às identidades/papéis de outros atores.

O que distingue em última medida para Wendt o holismo não é nem seu

---

<sup>4</sup> Descrita por Wendt (1999:168)

foco no nível macro, mas em efeitos constitutivos. Se tais efeitos existem, então a relação não é tanto uma de interação, mas sim uma de constituição mútua entre agente e estrutura.

Ao defender a posição externalista, Wendt ressalta três pontos: Um é que o contexto determina quais significados podem ser adequadamente atribuídos ao agente, e se este contexto é cultural, então o pensamento pressupõe a sociedade. Outra é que o significado de um termo e assim sua condição de verdade é apropriada pela comunidade, não pelos indivíduos. Finalmente, os significados dependem de práticas, habilidades e testes que conectam a comunidade a objetos representados no discurso.

"Assim como no caso do comportamento, em outras palavras, as condições de veracidade para afirmações de identidade são comunitárias e não individuais. É o 'outro generalizado' que decide se o Estados Unidos é um hegemônico, e não os Estados Unidos sozinhos, e neste sentido a constituição cultural da identidade (ou subjetividade) é uma forma de poder, como é enfatizado por pós-estruturalistas" (Wendt, 1999:177-178).

Mas a síntese ideal é um holismo moderado, ou seja, a defesa de um *rump idealism* (paralelo ao *rump materialism*). Para resolver a aparente contradição entre dizer que os agentes são ao mesmo tempo independentes e dependentes da cultura, ou seja, como agentes e estruturas podem ser mutuamente constituídos e co-determinados, Wendt distingue entre a individualidade em si e os termos sociais desta individualidade.

O primeiro refere-se àquelas propriedades da constituição do agente que são auto-organizadas e assim não dependem intrinsecamente do contexto social – propriedades materiais (corpos e mentes) e cognitivas, que formam a base do que Mead chama de "Eu", o senso de si mesmo de um agente que tem um local distinto de pensamento, escolha e atividade. Sem este substrato auto-constituído, a cultura não teria material onde exercer seus efeitos constitutivos.

Os termos da individualidade dependem da cultura, do outro generalizado.

"Essa capacidade de definir o Self por referência a como Outros o vêem é uma conexão importante na sequência pela qual a cultura constitui agentes, porque a não ser que os atores apropriem a cultura como sua própria esta não pode entrar em suas cabeças e movê-los, mas através desta disposição é que os termos de sua individualidade se tornam um fenômeno intrinsecamente cultural" (Wendt, 1999:182).

Esta distinção entre a individualidade e seus termos sociais permite ver como é possível ter um holismo moderado que não é incompatível com um individualismo moderado, porque chamam atenção para diferentes propriedades constitutivas da individualidade, de fato fazer perguntas diferentes. O problema surge apenas com formas radicais de cada ontologia.

A partir desta visão de co-determinação e mútua constituição, podemos ver que toda estrutura, micro ou macro, é instanciada apenas no processo. A distribuição de capacidades, como já foi dito, só tem os efeitos que tem na política internacional pelos desejos e crenças dos agentes estatais que imbui esta distribuição de significado.

Isto poderia sugerir que sociedades são infinitamente maleáveis e altamente instáveis, em comparação com o determinismo mais estático de Waltz. Mas a relação dialética entre estrutura e agência sugere que a cultura é uma profecia auto-realizável.

Um exemplo importante citado por Wendt e que é pertinente à análise desta dissertação é o funcionamento da Guerra Fria:

"Uma vez que a formação cultural conhecida como 'Guerra Fria' estava no seu lugar, os Estados Unidos e a União Soviética tinham uma crença compartilhada de que eram inimigos, que ajudava a constituir suas identidades e interesses em qualquer situação dada, e eles por sua vez agiam de forma a confirmar para o Outro de que eram uma ameaça, reproduzindo a Guerra Fria. Em cada caso, o conhecimento socialmente compartilhado tem um papel importante ao tornar a interação relativamente previsível com o passar do tempo, gerando tendências homeostáticas que estabilizam a ordem social. A cultura, em suma, tende a se reproduzir, e de fato precisa fazer isso se pretende ser realmente 'cultura'" (Wendt, 1999:187).

A cultura atende as necessidades humanas básicas por socialização e segurança ontológica, e é justamente a capacidade de tratar a cultura como um 'dado' que nos permite prosseguir adiante com nossos afazeres.

Contudo, apesar de ter uma tendência conservadora, a cultura é sempre caracterizada por uma certa contestação entre seus agentes, que é uma constante fonte para mudança estrutural, que pode ter cinco origens: uma são contradições internas entre suas normas, outra são agentes com socialização incompleta. A terceira são as conseqüências não-intencionais de crenças compartilhadas,

choques exógenos são a quarta, e criatividade, a invenção de novas idéias dentro de uma cultura, é a quinta<sup>5</sup>.

## 2.3

### O estado como ator

Wendt vai argumentar que estados são atores com propósito e um senso de si ("estados são pessoas também") e que isto afeta a natureza do sistema internacional, mas sem reduzir a política internacional à política externa ou escolha dos estados. "A vida social em qualquer nível não pode ser explicada somente através das lentes da ação intencional, porque macro-resultados podem ser realizados de múltiplas formas no nível micro, e estruturas sociais podem constituir agentes"(Wendt, 1999:194-195). Todo comportamento humano, contudo, é orientado pelo menos em parte por intenções, e assim mesmo a teoria mais exclusivamente macro dependerá de algumas hipóteses implícitas sobre sua natureza e distribuição. Assim, a teoria de Waltz depende da hipótese de que estados são atores com interesses egoístas e de status quo. Sua teoria possui uma teoria do estado, mesmo que não explícita, e toda teoria sistêmica de RI também vai ter uma.

Wendt argumenta que a questão de como os estados são constituídos como as "pessoas" da sociedade internacional tem sido negligenciada, paradoxalmente, em parte devido à própria centralidade da hipótese do estado como ator, e à própria antropomorfização que todos fazem, naturalmente, não só acadêmicos.

"A metáfora País-como-pessoa foi a mais freqüente na amostra. A razão para sua popularidade é evidente: ela transfere o domínio internacional para o domínio interpessoal, onde quem produz os símbolos pode usar vários protótipos das relações sociais. Ela inclui duas sub-metáforas. Uma pode ser chamada País-como-pessoa-específica. Saddam deve sair do Kuwait, disse Bush, mas ninguém foi obtuso a ponto de argumentar que Saddam não estava no Kuwait, que tinha feito uma curta visita em Agosto de 1990 mas tinha retornado para casa. O outro subtipo é País-como-pessoa-não-especificada, e tem vários aspectos: pode-se pensar em países como 'amigáveis' ou 'hostis' e os que tem grande poder militar como 'fortes'. A Industrialização é maturidade, e outros países são 'subdesenvolvidos'" (O'Neill, 2001:11-12).

Muitos autores, entre eles liberais, individualistas, pós-modernos, e até

---

<sup>5</sup> E esta é particularmente relevante para o final da Guerra Fria

realistas como Krasner, argumenta que a agência estatal é apenas uma ficção conveniente, ou metáfora (como chama O'Neill na passagem acima), para o que na realidade é alguma outra coisa. O estado não é realmente um ator, mas meramente um construto teórico – uma posição instrumentalista ou cética do Estado, que acusa a visão "realista" de reificação.

"(...) 'o estado' não é de fato unitário, mas dividido, contraditório e até esquizofrênico (...). é ele mesmo um desejo, um desejo por parte de acadêmicos das relações internacionais de assegurar o lugar de nossa disciplina" (Doty, 2000:139).

Wendt, contudo, deseja argumentar que estados são realmente atores aos quais é possível atribuir qualidades antropomórficas como desejos, crenças e intencionalidade. Para isso são necessários três passos.

O primeiro é dar ao modelo de estado um 'corpo', mostrando que é um ator que não pode ser reduzido às suas partes, o segundo passo é dar 'vida' ao modelo identificando seu interesse nacional, e o terceiro é mostrar que estados são ontologicamente prévios ao sistema interestatal.

Para chegar ao Estado essencial, Wendt parte principalmente da definição Weberiana: "(...) o estado como uma organização que possui soberania e um monopólio territorial sobre o uso da violência organizada" (Wendt, 1999:199). Ou seja, o estado é visto como um ator organizacional, e ontologicamente independente da sociedade. Pluralistas por seu lado tentam reduzir o estado aos grupos de interesses e indivíduos na sociedade. Para marxistas, a referência é a estrutura que junta o ator organizacional e a sociedade – nem o estado como ator nem a sociedade podem existir à parte da estrutura de autoridade política que os constitui. O estado pode então ser conceitualizada como um ator organizacional que é internamente relacionado à sociedade que governa por uma estrutura de autoridade política, essencialmente juntando as três visões.

Para chegar ao estado essencial, suas propriedades, é necessária uma visão minimalista do estado. Mas é interessante recapitular a idéia de "fuzzy sets", ou seja, de um conjunto de elementos onde nenhum elemento é essencial, mas tendem a se juntar em grupos homeostáticos. Ou seja, a ênfase é em um certo conjunto de propriedades, ao invés de uma isolada- e neste caso Wendt isola cinco: uma ordem legal-institucional, uma organização que reclama para si o monopólio no uso da violência organizada, uma organização com soberania, uma

sociedade, e um território.

E quanto à identidade, interesses e intencionalidade, para isso é necessário atribuir agência corporativa, que é um tipo de estrutura: uma estrutura de conhecimento compartilhado ou discurso que permite que indivíduos participem de ação coletiva institucionalizada. Há desacordo sobre o status ontológico desta estrutura, onde realistas defendem que a ação do estado é mais do que a soma das ações dos indivíduos no governo (como defendem nominalistas). O desafio destes últimos é explicar como, se o conceito de agência estatal é uma ficção útil, ele parece quase indispensável? A resposta remete a uma premissa chave do realismo científico: porque se refere a uma estrutura real mas não-observável. Seria um "milagre" que funcionasse tão bem na previsão de comportamento se não se referisse a algo real.

Dois argumentos podem ser feitos contra o individualismo: o primeiro é que a maior parte das estruturas sociais (estados no caso) tem uma dimensão coletiva que causa regularidades n nível macro entre seus elementos (governos) ao longo do tempo e do espaço. Estas são as continuidades na sucessão de governos, explicadas através de estruturas de conhecimento coletivo nas quais indivíduos são socializados. O segundo argumento é que não é possível entender o comportamento dos governos sem entender a estrutura estatal que lhes dá significado.

Mas além de estabelecer seu status como estrutura, é necessário adicionar três características para se tornar um agente – a idéia de agência corporativa e uma estrutura de decisão que institucionaliza e autoriza a ação coletiva.

A primeira característica exige que o conhecimento compartilhado pelos indivíduos reproduza a idéia do estado como uma pessoa corporativa, ou um "group self". "Elementos desta crença [dos indivíduos que o estado deve existir ou existe] vão incluir uma representação dos membros do estado como um sujeito plural ou coletivo, um discurso sobre os princípios de legitimidade sobre os quais esta identidade coletiva é baseada (...), e memórias coletivas que os conectam a membros do estado no passado."(Wendt, 1999:219)

Para a estrutura de decisão funcionar adequadamente, é necessário centralização – hierarquia de tomadores de decisão – e internalização de normas corporativas. Quando normas não são internalizadas as pessoas vão ter uma atitude instrumental sobre elas, e isto seria uma receita para fragilidade

institucional. Para o efeito de autorização, é necessário que hajam regras que especificam relações de autoridade, dependência e responsabilidade entre os membros do grupo, transferindo a responsabilidade pelas ações individuais para o coletivo, para que indivíduos ajam como representantes ou em nome deste coletivo.

Agentes corporativos são menos unitários do que agentes individuais. Por outro lado, é mais fácil avaliar as intenções e prever o comportamento de Estados do que de indivíduos, já que para indivíduos temos o "problema das outras mentes" (Hollis e Smith, 1990):

"Na falta de poderes telepáticos, temos que depender no contexto e no comportamento para inferir o que outros estão pensando. Por contraste, a estrutura das 'mentes' corporativas é tipicamente registrada em diagramas organizacionais que especificam as funções e objetivos de seus elementos constituintes, e seus 'pensamentos' podem ser ouvidos ou vistos freqüentemente em debates públicos e declarações de tomadores de decisão" (Wendt, 1999:222).

Prosseguindo com a caracterização do estado como agente, Wendt deseja atribuir identidades e interesses, e a noção de identidade é importante para seu modelo, e para esta dissertação, na medida em que está relacionada à transformação do final da década de 80.

"[A identidade é uma] propriedade de atores intencionais que gera disposições de motivação e comportamento. Isto significa que na sua base a identidade é uma qualidade subjetiva ou do nível da unidade, enraizada na auto-concepção do ator. Contudo, o significado desta concepção vai depender freqüentemente de outros atores representarem o primeiro da mesma forma, e nesse sentido a identidade vai ter uma qualidade intersubjetiva ou sistêmica" (Wendt, 1999:224).

A concepção de identidade é relacionada ao final da Guerra Fria por Herman:

"Identidade é a conexão entre normas e interesses que motivam comportamento. A concepção idealista dos interesses soviéticos que determinou o conteúdo do Novo Pensamento na metade para o fim do período Gorbachev foi defendida por reformadores dentro do sistema que se identificavam com os princípios que governavam as relações entre estados democráticos do ocidente, e entre estes governos e suas respectivas populações." (Herman, 1996:183).

E Kowert fala de uma diferença fundamental da abordagem de Wendt:

“Em oposição ao individualismo e racionalismo de tais abordagens [neoliberal e neorealista] (que negam identidades coletivas ou tratam sua formação como dada exogenamente e freqüentemente impostas), Wendt oferece a afirmação de que a identidade do estado é endógena à interação estruturada entre Estados” (Kowert, 1998:102).

As características desta relação entre as concepções que o ator possui de si mesmo e que os outros possuem dele (internas e externas) varia, levando a diferentes tipos de identidade, dos quais Wendt seleciona quatro: pessoal ou corporativa, tipo, papel e coletiva.

"As identidades pessoais – ou corporativas no caso de organizações- são constituídas por estruturas auto-organizadas, homeostáticas que fazem dos atores entidades distintas. Meu argumento neste capítulo é que estados são atores com certas propriedades essenciais que tratam deste tipo de identidade. (...) ela sempre tem uma base material, o corpo no caso de pessoas, muitos corpos e território no caso de Estados. (...) Pessoas são entidades distintas em virtude da tecnologia, mas sem consciência e memória – um sentido de "eu" – elas não são agentes, talvez nem "humanos". (...) O estado é um 'group self' capaz de cognição no nível de grupo." (Wendt, 1999:225).

A identidade pessoal ou corporativa é a base para as outras identidades. A identidade "de tipo" é uma categoria social ou rótulo para pessoas que compartilham (ou se acredita que compartilhem) algumas características, como traços de comportamento, opiniões, valores, afiliações, entre outras. Existem sempre regras mais ou menos formais para ser membro de cada identidade de grupo, que envolvem Outros em sua constituição. Assim, as identidades de tipo tem uma face cultural inerente. Mas as características que estão na base destes tipos são atributos dos indivíduos, intrínsecos a ele. No caso de estados, esta identidade de tipo, simultaneamente auto-organizada e social, se reflete em tipos de regime, ou formas de estado, tal como "estados liberais".

As identidades de papéis levam a dependência da cultura e assim dos Outros um passo adiante. Enquanto que as características que levavam a identidades de tipo são pré-sociais, as identidades de papel (role) existem apenas em relação a Outros. Não é possível ter uma identidade por papel sozinho (tal como estudante, ou presidente). As expectativas são facilitadas pelo fato de que muitos papéis são institucionalizados em estruturas sociais, prévias a interações específicas. Quando este conhecimento é internalizado, torna-se possível exercitar uma identidade por papel porque os Outros estão dentro de nossas mentes.

Papéis de política externa, que representam esta identidade no nível do estado, têm sido pouco estudados (Waltz deixa de lado o conceito mais próximo em seu livro que é a diferenciação funcional). São importantes, contudo, na medida em que certas instituições internacionais e suas identidades de papel associadas são tomadas como dadas, por exemplo, a igualdade de soberania. O fato de ser reconhecida por outros estados significa que é uma identidade de papel com deveres e normas de comportamento. Além disso, o conceito de papel não implica em integração normativa e cooperação, lembrando que idéias compartilhadas podem ser conflituosas ou cooperativas, e o que realmente importa na definição de papéis não é a institucionalização mas o grau de interdependência entre *self* e *other*.

E a quarta identidade é a identidade coletiva (que será útil para a noção de cultura Kantiana):

"A identidade coletiva leva o relacionamento entre Self e Other para sua conclusão lógica, a identificação. A identificação é o processo cognitivo no qual a distinção entre Self e Other se torna borrada e no limite é transcendida completamente. O Self é 'categorizado' como Outro. Identificação é normalmente limitada a certas questões e raramente é total (...) mas sempre envolve expandir a fronteira do Self para incluir o Outro. (...) Atores altruístas podem ainda ser racionais, mas a base sobre a qual calculam seus interesses é o grupo" (Wendt, 1999:229).

Todos os quatro tipos de identidade levam a interesses, mas não são redutíveis a estes. Identidade é o que ou quem os atores são, interesses são o que os atores querem. Interesses pressupõem identidades porque um ator não pode saber o que quer antes de saber quem é, mas estas identidades isoladas não podem explicar a ação, identidades sem interesses não tem força de motivação, e sem identidades, interesses não tem direção.

Os interesses podem ser objetivos – necessidades funcionais para a reprodução da identidade – ou subjetivos, referindo-se às crenças dos atores sobre como atender as necessidades de identidade, e representam preferências. O comportamento é resultado do que um ator quer (desejo) mais o que ele acredita ser possível obter (crença), e portanto não é possível inferir preferências a partir do comportamento.

Um dos maiores problemas para atores é tentar alinhar seus desejos objetivos e subjetivos, já que a falha de tomar providências sobre necessidades de

identidade pode levar à perda desta identidade – e este problema é maior ainda para atores corporativos porque seus interesses são mais amplos e sujeitos à contestação política, o que leva à discussão do interesse nacional.

O estado não é um quadro negro onde qualquer interesse pode ser escrito, embora suas identidades sejam construídas em diferentes graus pelo sistema internacional. O conceito de interesse nacional, na medida em que se refere às necessidades de reprodução e segurança de complexos estado-sociedade, refere-se a interesses objetivos, dentre estes, Wendt destaca a sobrevivência física (a sobrevivência de um complexo, não de todos os indivíduos nele), autonomia – capacidade de exercer controle sobre a alocação de recursos e escolha de governo –, bem-estar econômico, e auto-estima coletiva.

Estes quatro interesses tem que ser atendidos, mas a forma como serão, ou seja, as crenças sobre como atender essas necessidades (os interesses subjetivos), tem normalmente um escopo bem amplo, excetuando situações de "hotel fire" onde as opções são mais limitadas. Em suma, "estados precisam fazer certas coisas para assegurar suas identidades, e está em sua natureza procurar descobrir que coisas são essas e agir de acordo. Eles podem ter espaço para interpretação, mas isso não significa que estão livres para construir seus interesses de qualquer maneira que quiserem" (Wendt, 1999:238).

"Apesar de todas as suas falhas, os estados são as únicas instituições democraticamente responsabilizáveis que temos hoje para fornecer segurança e ordem política. (...) Minha falha de ir até o fim é menos por um medo de ser radical demais (Doty) e mais pela realidade empírica da auto-organização, que significa que os estados não são, de fato, completamente endógenos ao sistema. Nem Doty nem Smith lidam com o argumento de auto-organização do livro. (...) Ninguém, nem mesmo o pós-moderno que mais deseja problematizar, pode problematizar tudo ao mesmo tempo" (Wendt, 2000:175).

## 2.4

### Culturas da Anarquia

Wendt afirma que uma teoria sistêmica não poderia problematizar o Estado *all the way down*, já que isto transformaria seu objeto de uma teoria do sistema de estados para uma teoria do Estado. Neste sentido, as identidades e interesses dos estados são pelo menos parcialmente exógenos ao sistema, como afirma o Neorealismo e o Neoliberalismo. Contudo, nem todos os interesses e identidades

são exógenos, a individualidade dos Estados é dada, mas o significado e os termos desta individualidade são construídos dentro do sistema, e estão envolvidos no processo de interação. É na interação entre as duas superpotências no final da Guerra Fria que encontramos as práticas que podem perpetuar a cultura estabelecida, ou transforma-la.

“Tendo tratado os interesses dos Estados como dados – racionalmente derivados da natureza anárquica e da distribuição de capacidades do sistema internacional – argumentos realistas excluem qualquer papel significativo para a reflexão humana ou o debate político-ideológico em remodelar a concepção de interesses dos atores.” (Herman, 1996:279).

As estruturas anárquicas constroem seus elementos, mas estas estruturas variam no nível macro (cultura) e portanto pode ter múltiplas lógicas. Dizer que uma estrutura é social é dizer que os atores levam uns aos outros em conta quando decidem suas ações, em um processo baseado nas suas idéias (crenças) sobre a natureza e os papéis de Self e Other, e assim as estruturas sociais são "distribuições de idéias" ou estoques de conhecimento. Algumas destas idéias são privadas, outras compartilhadas, e estas últimas compõem um subconjunto da estrutura social conhecido como cultura. A cultura política é o aspecto mais fundamental da estrutura de um sistema internacional, dando significado ao poder e conteúdo aos interesses, cumprindo então a promessa de Waltz de explicar um pequeno número de coisas muito importantes.

A estrutura construída desta forma tem duas conseqüências importantes para as Relações Internacionais que merecem ser ressaltadas: uma é que não há um relação entre a extensão de ideais compartilhadas ou cultura em um sistema e a extensão da cooperação. A segunda é que o conceito de "papel" deve ser um conceito importante na teoria estrutural sobre o sistema internacional, ao contrário da atribuição freqüente de papéis como atributos dos agentes, quando são propriedades da estrutura.

Para defender esta proposição, Wendt analisa o problema da ordem na vida social: um é conseguir que pessoas trabalhem juntas para fins de benefício mútuo, também chamado de "problema da cooperação", uma preocupação central para teóricos de RI dadas as dificuldades de cooperação na anarquia e os custos potenciais da falha. Mas existe outro problema de ordem que é mais sociológico, que é a criação de padrões estáveis de comportamento, ou seja, idéias

compartilhadas que permitem a previsão do comportamento do outro.

Realistas frequentemente argumentam que idéias compartilhadas só podem ser criadas por autoridade centralizada. Parte deste raciocínio Hobbesiano é contestado por Bull, que aponta a "analogia doméstica", que se verdadeira implicaria que o plano internacional seria um sistema (partes interagindo como um todo) e não uma sociedade (interesses comuns e regras). Mas esta analogia não funciona e formas limitadas de cooperação são possíveis, e assim pode haver uma "sociedade anárquica":

"Existem três fraquezas no argumento de que os estados não formam uma sociedade porque estão em uma condição de anarquia internacional. A primeira é que o sistema internacional moderno não se parece de todo com um estado de natureza Hobbesiano (...) Estados de fato não esgotam suas forças e criatividade na produção de segurança contra o outro e a vida de seus habitantes não é solitária, pobre, cruel, bruta e curta (...) A segunda fraqueza do argumento sobre a anarquia internacional é que é baseada em falsas premissas sobre as condições da ordem entre indivíduos e grupos outros que não o Estado. (...) não dá peso a fatores tais como interesse recíproco, um senso de comunidade ou vontade geral, e hábito ou inércia<sup>6</sup>" (Bull, 1977:46).

Mas Wendt diverge de Bull em um ponto importante: para Bull o movimento de sistema para sociedade, e daí para comunidade, talvez, depende do crescimento do conhecimento compartilhado. A relevância de uma abordagem por idéias compartilhadas decresce, na medida em que se limita à cooperação. Na ausência de cooperação, qualquer ordem que exista teria sua raiz em fatores materiais e não culturais.

Na realidade, tanto idéias compartilhadas podem constituir conflito, quando forças materiais induzir a cooperação. O erro é acreditar que cultura (conhecimento compartilhado) é a mesmo que sociedade (cooperação).

Alan James, por exemplo, aponta que regras são necessárias para todas as formas de interação, excetuando apenas as mais elementares.

Idéias compartilhadas podem resolver o problema sociológico da ordem sem resolver o político. Na medida em que as possibilidades para a realização múltipla de lógicas da anarquia, e de que uma lógica Hobbesiana pode ser gerada por idéias compartilhadas da mesma forma que uma Kantiana por regras fracamente compartilhadas, há duas conseqüências relevantes: uma é que a

quantidade de conflito em um sistema não diz nada sobre a relativa utilidade de teorias materialistas ou idealistas. E quanto à mudança estrutural, é mais fácil escapar de um mundo Hobbesiano onde a cultura importa pouco, e é mais difícil criar uma Kantiana com conhecimento profundamente compartilhado. São os realistas que no fim devem acreditar que a mudança cultural é fácil, e não os construtivistas – quanto mais as idéias compartilhadas forem internalizadas, mais resiliente será a estrutura que constituem.

O que dá significado às forças de destruição (capacidades materiais para destruir) são as relações de destruição onde estão inseridas – as idéias compartilhadas que regulam a violência entre estados. Para dizer algo sobre o sistema internacional, portanto, é mais interessante estudar primeiro as idéias dos estados e os interesses que estas idéias constituem, e depois se preocupar com quem tem mais tanques.

"[existem] três culturas com lógicas e tendências distintas, Hobbesiana, Lockeana e Kantiana. Tratarei estas culturas como tipos ideais, embora acredite que todas as três estiveram presentes em diferentes tempos e lugares na história internacional. Não afirmo ter esgotado as possíveis formas da anarquia, apenas que estas são particularmente salientes. Podem ser encontradas em sub-sistemas regionais do sistema internacional – os 'complexos de segurança' de Buzan – ou no sistema como um todo. Finalmente, embora possam ser afetadas por culturas no nível doméstico ou transnacional, as culturas que interessam aqui são do sistema de estados. Isto significa que mesmo que as culturas domésticas tenham pouco em comum, como no 'choque de civilizações' de Huntington, o sistema de estados ainda pode ter uma só cultura que afeta o comportamento de seus elementos" (Wendt, 1999:257).

Um aspecto importante de uma cultura é sua estrutura de papéis. Na maior parte das culturas papéis são diferenciados funcionalmente, mas a anarquia torna difícil manter assimetria de papéis até que o problema da violência seja resolvido, então no centro de cada cultura, Wendt propõe um papel : na cultura Hobbesiana é inimigo, na Lockeana, rival, e na Kantiana, amigo, cada uma envolvendo uma concepção diferente da relação entre Self e Other quanto ao uso da violência.

É importante ressaltar a diferença entre identidade por papel – que são auto-entendimentos subjetivos – e papéis, que são posições objetivas e constituídas coletivamente que dão significado para estas auto-concepções.

Cada cultura é examinada com detalhe, mas a primeira merece especial

---

<sup>6</sup> A terceira fraqueza é a antropomorfização do estado, no que Wendt diverge, e as razões foram

atenção porque é normalmente considerada "propriedade" do Realismo, e portanto seria um caso difícil para o construtivismo.

A inimizade está em uma das pontas das possibilidades (tal qual como no espectro de amigo-inimigo de Wolfers) para papéis governando a relação entre Self e Other. Inimigos são constituídos pela representação do Outro como um ator que não reconhece o direito do Self à existência autônoma, e que portanto não limitará espontaneamente sua violência contra o Self. Isto está em contraste a um rival, no sentido de que um inimigo vai procurar "revisar" a vida ou a liberdade do outro, enquanto que um rival vai procurar mudar a propriedade ou o comportamento do outro (um revisionismo mais raso). As intenções do inimigo são ilimitadas.

"A tradição Hobbesiana descreve as relações internacionais como um estado de guerra de todos contra todos, uma arena de conflito em que cada estado está em luta contra todos os outros. As Relações Internacionais, na visão Hobbesiana, representam o puro conflito entre estados, e assemelham-se a um jogo que é totalmente distributivo ou soma-zero (...) A paz, na visão Hobbesiana, é um período de recuperação da última guerra e preparativos para a próxima" (Bull, 1977:23).

As imagens de inimigo não precisam ser necessariamente reais. Alguns inimigos são apenas "quimeras", e pode afetar a dinâmica da relação e a possibilidade que seja sobrepujada, mas não afeta a realidade da cultura Hobbesiana. Esta cultura Hobbesiana gera uma determinada lógica de interação: estados vão reagir a inimigos agindo como se fossem também revisionistas profundos; a tomada de decisões tem uma curta "sombra do futuro" (Keohane), e é orientada por cenários pessimistas; capacidades militares relativas se tornam cruciais; e estados vão lutar nos termos (percebidos) de seus adversários.

Trata-se de uma política de poder sem restrições, mas a explicação está na referência a percepções de Self e Other que são fundamentalmente sociais no sentido Weberiano. Uma contribuição importante do Realismo é mostrar que quando o Outro é um inimigo, o Self é obrigado a espelhar as mesmas representações.

"Assim, ao contrário de muitos papéis na vida social, que são constituídos por papéis funcionalmente diferenciados que se opõem (estudante/professor,

---

apresentadas anteriormente.

mestre/escravo, patrono/cliente), o papel de inimigo é simétrico, constituído por atores que estão na mesma posição simultaneamente." (Wendt, 1999:263).

Em uma nova tomada do dilema de segurança, a realpolitik se torna uma profecia auto-realizável: o Self espelha o Outro, se torna seu inimigo, para sobreviver. Isto confirma quaisquer intenções hostis o Outro tinha atribuído ao Self, forçando-o a usar uma política de poder própria, o que reforça a percepção do Self sobre o Outro, e assim por diante – as crenças iniciais geram ações que as confirmam. Uma vez que a lógica da inimizade tenha começado, o próprio comportamento se torna parte do problema, adquirindo uma qualidade homeostática.

Estas representações micro, contudo, são apenas parte da apresentação de uma cultura Hobbesiana. Na medida em que mais membros do sistema representam uns aos outros como inimigos, um determinado ponto de desequilíbrio é atingido e essas representações tomam conta da lógica do sistema. Os atores passam a pensar neste papel como propriedade do sistema e não de outros atores individuais. O Outro particular se torna o "Outro generalizado", uma estrutura de crenças e expectativas do coletivo que persistem no tempo, e socializam novos atores. Esta representação coletiva é dependente da frequência, ou seja, de um número suficiente de representações e comportamentos no nível micro.

A lógica de uma anarquia Hobbesiana é a guerra de todos contra todos. É um sistema onde realmente predomina a auto-ajuda, e há quatro tendências neste sistema: a guerra endêmica e ilimitada, a eliminação dos atores menos adaptados, estados poderosos o suficiente para evitarem serem eliminados vão equilibrar o poder de outros, e um sistema Hobbesiano tenderá a atrair todos os seus membros para dentro de sua lógica, tornando a neutralidade ou não-alinhamento difícil.

Voltando-se para os níveis de internalização de uma cultura Hobbesiana (que vão se aplicar às outras culturas também), temos a possibilidade da ausência de uma cultura compartilhada, onde o conhecimento é puramente privado. Neste momento, não existe sequer guerra ou balanço de poder, porque estas instituições dependem de uma intencionalidade coletiva, ou seja, que ambos os lados considerem o que fazem "guerra". Mas depois de situações de "First Encounter", os atores vão estar conhecendo um ao outro e alinhando suas expectativas. Na

medida em que estados , como organizações coletivas, são muito mais difíceis de "matar" – "estados não são vulneráveis a ataques violentos da mesma maneira que indivíduos são"(Bull, 1977:47) - , a analogia direta com o estado de natureza de Hobbes não se aplica. Há exceções, mas na sua maior parte, estados que sobrevivem o primeiro conflito vão começar a formar um entendimento compartilhado de sua condição, a cultura Hobbesiana.

Este entendimento abrange três coisas: que estão lidando com estados, entidades semelhantes a si mesmos, que estas entidades são inimigas e portanto ameaçam sua vida e liberdade e como se deve lidar com inimigos, como fazer a guerra, comunicar ameaças, equilibrar poder, etc. A violência agora é "guerra"- uma instituição no sentido de que todos sabem o que é a guerra e para o que serve. É apenas com o surgimento de uma cultura Hobbesiana que o Realismo passa a fazer sentido enquanto descrição da política internacional.

Esta cultura (e as outras) pode ser internalizada em três níveis, que representam caminhos diferentes: a força (a hipótese Realista tradicional), preço (Neoliberal ou racionalista) e legitimidade (Idealista ou construtivista). A diferença está na razão pela qual estados participam de uma cultura Hobbesiana, a qualidade de sua obediência, sua resistência a mudança, e a diferença que esta cultura faz.

No primeiro caso, a internalização mais superficial, o ator sabe qual é a norma, mas obedece apenas porque é forçado a fazê-lo, diretamente ou pela ameaça inequívoca e imediata de punição que forçaria o ator a obedecer. "Nesta situação, em suma, são os significados privados mais a coerção material e não a cultura que faz a maior parte do trabalho de explicação, que é como os Realistas tendem a ver a diferença que normas fazem" (Wendt, 1999:269).

E de fato, um mundo de estados com interesses de status quo , sem intenções revisionistas, poderia entrar em uma situação Hobbesiana se a incerteza e a aversão ao risco levasse os atores a assumirem o pior das intenções dos outros, e portanto adotar um comportamento revisionista mesmo que na realidade não queiram, ou não seja em seu interesse, ao mesmo tempo levando outros estados a fazerem o mesmo – a lógica do dilema de segurança.

"O sistema Westphaliano sendo uma cultura Lockean, nenhum destes exemplos de situação Hobbesiana no primeiro nível [coerção] explica muito da história

Ocidental recente. O que aconteceu ao invés disso foram regressões temporárias para uma condição Hobbesiana quando um estado poderoso passava por uma revolução interna e rejeitava as normas Lockeanas completamente." (Wendt, 1999:270).

A diferença entre a internalização de primeiro grau e a de segundo grau, entre ser forçado a fazer algo e fazê-lo por auto-interesse, é difícil de estabelecer. Contudo, a distinção parece instintiva e relevante.

A idéia básica gira em torno da idéia de escolha. O primeiro grau seriam situações onde os atores não tinham outra escolha a não ser seguir a norma. No caso do segundo grau, os atores obedecem porque é de seu interesse, porque vêem uma vantagem nesta obediência que os ajuda com algum interesse dado exogenamente – sua atitude em relação à norma é instrumental, usando-a para benefício próprio. A obediência é gerada mais internamente, ou é mais auto-regulada, o que significa que será de melhor qualidade. Contudo, assim que os custos de seguir as regras passem a pesar mais do que os benefícios, os atores mudarão seu comportamento.

Neste estágio os atores já procuram justificar seu comportamento, usando conceitos como "necessidade" e "razão de estado". As normas de uma cultura Hobbesiana dificilmente seriam formalizadas no nível sistêmico, portanto o conhecimento compartilhado será em larga medida tácito ou implícito. Os custos de não aceitar o fato de que estão em um sistema Hobbesiano, para estados individuais, seriam altos demais, então é provável que qualquer cultura Hobbesiana que dure mais do que um curto período será internalizada neste grau.

O terceiro grau de internalização significa que os atores:

"identificam-se com as expectativas de outros, relacionando-se com eles como se fossem partes de si mesmo. O Outro está agora dentro da fronteira cognitiva do Self, constituindo como se vê na relação com o Outro, seu "Mim". É apenas neste grau de internalização que uma norma realmente constrói agentes; antes deste ponto suas identidades e interesses eram exógenos. Porque constitui suas identidades, por seu lado, os atores agora terão um investimento na norma que não tinham antes. Seu comportamento é interessado, mas não auto-interessado. A qualidade de sua obediência será alta, assim como sua resistência à mudanças normativas" (Wendt, 1999:273).

A peculiaridade do papel do inimigo é que os atores vão tentar tirar a liberdade ou a vida de outros atores cujas expectativas precisam internalizar para constituir sua identidade como inimigo. A postura em relação ao Outro incluída na

inimizade, em outras palavras, não parece permitir a internalização de uma cultura Hobbesiana ao ponto que constitua interesses.

Uma solução para este aparente paradoxo são restrições materiais, ou seja, que estados não tem o poder para "matar" uns aos outros. Uma balança de poder ou tecnologia militar inadequada poderiam impedir este resultado. Com isso, é possível que a inimizade seja reconhecida como legítima. A política de poder deixa de ser um instrumento e se torna um fim em si mesmo, um valor "correto", "glorioso", "virtuoso". O que importa é a luta, é tentar destruir seu inimigo. Ser bem-sucedido nesta tentativa poderia causar uma dissonância cognitiva e uma incerteza sobre quem você é na ausência de seu inimigo – uma vitória de Pirro. A incerteza da política americana depois da Guerra Fria poderia ser um exemplo.

Existem pelo menos 3 modos pelos quais estados podem precisar uns dos outros para serem inimigos, uma forma de conflito simbiótico. Uma envolve o complexo militar-industrial.

"Com o tempo, interação em um sistema Hobbesiano tende a criar fortes grupos de interesse domésticos que lucram com a corrida armamentista e portanto pressionam tomadores nacionais de decisão a não reduzir o orçamento militar.[...] Alguns já sugeriram, por exemplo, que os setores militares dos Estados Unidos e da União Soviética tinham um interesse comum em sustentar a Guerra Fria por causa dos benefícios que gerava para cada um." (Wendt, 1999:275).

Este benefício era maior quanto maior fosse a ameaça, portanto havia um interesse em exagerar a ameaça do Outro, e além disso, agir de uma maneira agressiva exarcebando esta realidade. Projetando e agindo com base na expectativa de inimizade, cada um esperava que o outro assumisse esta identidade para que o Self por sua vez pudesse manter a sua.

O segundo modo trata da solidariedade dentro do grupo – o papel de inimigos em permitir que estados atendam seu interesse nacional. Campbell, a partir de uma perspectiva pós-moderna, defende que o estado americano depende de um "discurso da ameaça" para justificar a existência de seu estado, produzindo uma diferença entre o interno e o externo, constituindo dessa forma toda a idéia de um grupo distinto da qual depende a identidade corporativa do estado.

"[O caminho etnográfico defende que] A delineação de um 'in-group' necessariamente leva à delineação de um número de 'out-groups', e essa delineação é uma parte ativa e em constante marcha da formação da identidade. A criação de

fronteiras sociais não é uma consequência da integração, mas um de seus ingredientes que são necessários a priori" (Neumann, 1996:142).

O terceiro mecanismo através do qual culturas Hobbesianas podem constituir interesses é a identificação por projeção, que enfatiza o papel do inimigo como um local para colocar sentimentos indesejados sobre o Self. De acordo com esta idéia,

"indivíduos que, por suas patologias pessoais, não são capazes de controlar fantasias inconscientes potencialmente destrutivas, tais como raiva, agressão ou auto-rejeição, algumas vezes atribuem ou 'projetam' eles no Outro, e então através de seu comportamento pressionam o Outro a se 'identificar' e agir de acordo com estes sentimentos para que o Self possa controlar ou destruí-los controlando ou destruindo o Outro." (Wendt, 1999:277).

A internalização em terceiro grau de uma cultura Hobbesiana, portanto, termina por criar dos inimigos um grupo, embora seja um grupo disfuncional sem consciência de si. E esta internalização mais profunda torna a mudança mais difícil do que seria em um mundo onde as idéias compartilhadas tivessem a pouca importância que Realistas dizem ter.

Com o sistema Westphaliano de estados, a lógica de matar ou morrer do estado de natureza Hobbesiano é substituída pela lógica viva e deixe viver da sociedade anárquica Lockeana.

A cultura Lockeana é baseada em uma estrutura de papéis diferente, centrada no papel de rival, não mais de inimigo. Rivals esperam que outros reconheçam sua soberania, sua "vida e liberdade", como um direito, e portanto não tentem conquistar ou dominá-los. O direito a alguma propriedade, o suficiente para "viver", é reconhecido, mas qual propriedade ainda é disputado, às vezes pela força.

Krasner contesta esta noção pelo lado da liberdade:

"Vida, entendida como soberania legal internacional, certamente, mas liberdade, não, como a disposição dos Estados Unidos de invadir quase todos os seus vizinhos menores do sul, incluindo Granada e Haiti nas últimas décadas, demonstra. A existência de estados fracos é mais facilmente explicada pelo fato de que as grandes potências não querem arcar com os custos de governar diretamente estas áreas pela internalização de normas" (Krasner, 2000:135).

Ao que Wendt responde que:

"[...] a meu ver uma avaliação mais realista da prática real da soberania não precisa enfraquecer substancialmente o argumento de colocar o princípio na frente e no centro de uma teoria de política internacional. Isto dito, concordo com Krasner que a soberania não é o único princípio constitutivo do sistema internacional, e que suas normas 'anárquicas' freqüentemente entram em conflito com, e perde para, vários tipos de estruturas hierárquicas [...]" (Wendt, 2000:177).

A soberania se torna um direito (e não somente uma propriedade intrínseca dos estados) quando outros estados a reconhecem.

"Pode-se dizer que a soberania dos estados, tanto interna quanto externa, existe tanto num nível normativo quanto em um factual. Por um lado, estados defendem o direito à autoridade suprema dentro de seu território e população; mas, por outro lado, de fato exercem, em variados graus, tal supremacia e independência na prática." (Bull, 1977:8).

Direitos são capacidades sociais conferidas a atores pela permissão dos outros de fazer certas coisas – o que envolve uma auto-restrição pelo Outro, sua aceitação de que o *Self* tem direito a certas capacidades. Quer seja por auto-interesse ou pela legitimidade das normas, os membros de uma sociedade funcional devem se auto-restringir – uma sociedade baseada somente na força não iria durar.

A soberania se torna uma instituição na medida em que passa a ser compartilhada por muitos estados ao invés de ser propriedade de estados individuais. A crença de que estados não vão tentar tirar a vida e liberdade de outros estados está formalizada no direito internacional. Apesar da ausência de autoridade central, a maior parte dos estados hoje cumpre esta norma a maior parte do tempo, e ela é considerada obrigatória (e portanto sancionável) até em estados que não concordaram com ela (como Iraque na Guerra do Golfo).

"A pergunta é se o conhecimento de cada estado sobre a intenção de outros é suficientemente incerto para justificar hipóteses de pior cenário, e na maior parte dos casos hoje a resposta é não. Isto é precisamente o que se esperaria de uma cultura baseada na instituição da soberania, que permite que estados façam inferências razoáveis sobre a atitude de outros estados quanto ao status quo sem acesso às suas 'mentes'." (Wendt, 1999:281).

Existe a possibilidade de uma queda em um mundo Hobbesiano através de uma assimetria de papéis (um vê rivalidade, outro vê inimizade), como na reação

de Hitler aos acordos de Munich, mas o reconhecimento da soberania entre estados oferece espaço para fazer uma escolha – o reconhecimento recíproco. Neste caso, a lógica é uma de rivalidade.

Esta lógica tem quatro conseqüências: uma é que apesar dos conflitos, estados vão ter uma atitude de status quo quanto à soberania de outros. O comportamento racional muda – a segurança é menos escassa, ganhos absolutos podem triunfar sobre perdas relativas. O poder militar relativo ainda é importante mas seu significado é diferente na "balança de ameaças" – as ameaças não são mais existenciais. E quando há guerra, rivais vão se limitar na violência.

Assim como no caso Hobbesiano, as crenças que sustentam uma lógica Lockean se tornam um fenômeno macro quando atingem o status de representações coletivas, e o sistema passa a orientar em certa medida a visão que estados têm uns dos outros. Esta é a sociedade anárquica de Bull, e gera quatro tendências: uma é que a guerra é simultaneamente aceita e restrita – não no sentido de não matar muitas pessoas, mas de não matar estados. Daí a segunda tendência, uma baixa taxa de eliminação de membros, que permanecem uma composição estável – não por uma sobrevivência do mais apto, mas porque potenciais predadores os deixam viver, como no caso de micro-estados ou quase-estados (Jackson).

Uma terceira tendência é a balança de poder, mais como um efeito do que como uma causa da soberania – a balança não é de fato necessária para sua sobrevivência, e justamente por isso pode se tornar a base para a ordem para várias outras questões não-existenciais. A última tendência é que a neutralidade ou não-alinhamento se tornam reconhecidos.

Embora haja exceções às suas normas (a maior crítica de Krasner), quase todos os estados obedecem estas normas quase todo o tempo, e esta obediência pode se dar pelos três motivos já levantados – coerção, auto-interesse e legitimidade.

Para que a coerção explique a obediência, têm que ser contra a vontade dos estados, o que significa dizer que tenham interesses revisionistas – não se pode impedir alguém de fazer algo que não quer. Algumas vezes a coerção explica a obediência a normas de soberania, tal como no caso de Napoleão, Hitler e Saddam Hussein. A estabilidade de longo prazo depende de uma massa crítica de estados poderosos não tentar revisar a soberania de outros, impedindo o sistema de cair

em outra lógica. A durabilidade da cultura moderna Westphaliana sugere que tenha sido internalizada mais profundamente do que o Realismo previu.

No caso do segundo grau, estados obedecem a normas de soberania porque acreditam que beneficie outros interesses como segurança ou comércio. A cultura importa mais do que no caso do primeiro grau, mas ainda é uma variável interveniente entre poder e interesse e resultados. Ser do status quo é uma estratégia, não um interesse. Estados auto-interessados são indiferentes quanto a normas de soberania.

Esta atitude pode ser a postura inicial de estados que primeiro conhecem as normas de soberania, ou para estados que permanecem pouco socializados. É a mesma coisa com indivíduos, que obedecem a leis inicialmente porque são forçados a isso ou porque calculam que é de seu auto-interesse. A maior parte das pessoas passa deste ponto e aceita as leis como legítimas – e implícito nesta legitimidade está a identidade de um cidadão cumpridor da lei, que leva a uma definição dos interesses em função do interesse da lei. Estados obedecem neste caso às normas porque aceitam elas como legítimas, porque se identificam com estas normas e querem obedecer.

Alguns efeitos constitutivos da cultura Lockeaniana podem ser vistos através do "efeito Foucault" - a idéia de que o indivíduo auto-regulado é um produto de um discurso ou cultura particular.

"A hipótese do efeito Foucault, então, é de que quando modernos conceitualizam e tratam uns aos outros como 'indivíduos', estão trazendo um discurso particular, essencialmente liberal, sobre o que seus corpos significam. Este discurso transforma a individualidade material em social, criando o que hoje entendemos como 'atores racionais' [...]" (Wendt, 1999:291).

O primeiro efeito é definir o critério para ser parte do sistema, que determina qual tipo de indivíduo tem direito a posição e é portanto parte da distribuição de interesses. O segundo efeito é determinar quais identidades de tipo vão ser reconhecidas como indivíduos. Além da identidade corporativa de estado, apenas algumas formas de estado são reconhecidas, seja por "critérios de civilização", seja atualmente ser um estado-nação, com as instituições de um estado moderno, e, cada vez mais, ser capitalista e democrático. A terceira maneira pela qual a cultura Lockeaniana constitui estados como indivíduos trata de suas identidades coletivas ou sociais. Uma cultura Lockeaniana internalizada em

terceiro grau oferece a seus membros um sentido expandido do Self que inclui o grupo, e esta consciência do grupo cria uma capacidade rudimentar de auto-ajuda.

Um efeito final e que de certa forma age em direção oposta aos outros três é a constituição dos estados como indivíduos "possessivos", um efeito em sua identidade por papel. O liberalismo "dessocializa" o indivíduo, jogando um véu sobre suas características sociais e tratando-as como possuídas totalmente pelo indivíduo. "(...) o liberalismo pode conter uma tensão profunda entre a legitimação do auto-interesse e o fato de que os indivíduos tem um interesse objetivo no grupo que torna sua individualidade possível" (Wendt, 1999:294).

Nesse sentido, existe uma certa amnésia coletiva, onde o auto-interesse é constituído como o modo apropriado de interação, um individualismo possessivo, embora seja mitigado pelos efeitos da auto-restrição de comportamento e a ocasional lembrança de ameaças de fora de que são de fato parte de um grupo.

"A cultura Lockean no terceiro grau é a base para o que hoje consideramos 'senso comum' sobre a política internacional. [...] Isto é importante para o argumento maior do livro, por sua vez, porque se o senso comum sobre a política internacional de hoje é função de idéias compartilhadas historicamente contingentes ao invés da natureza intrínseca dos estados ou da anarquia, então a questão surge de como este senso comum pode ser transformado, e com ela as condições culturais para possibilidade do pensamento de mainstream" (Wendt, 1999:296-197).

Finalmente, a cultura Kantiana é baseada no papel de amigo, e este conceito recebe muito menos atenção, na medida em que a inimizade é um problema muito maior para a política internacional, e a história sugere que poucos estados permanecem amigos por muito tempo. Contudo, nada indica porque mereceria menos análise, e Wendt vai definir esta estrutura de papéis como uma onde os estados obedecem a duas regras essenciais: as disputas são resolvidas sem a guerra ou a ameaça de guerra (a regra da não-violência) e vão lutar como parte de uma equipe se a segurança de um deles for ameaçada por uma terceira parte (a regra da ajuda mútua).

As regras da amizade geram a lógica e as tendências no nível macro associadas com as "comunidades plurais de segurança" ou segurança coletiva. Em disputas entre amigos, outros tipos de poder além do militar (discursivo, institucional, econômico) são mais salientes, e a cultura Kantiana também pode ser internalizada em três níveis, só que agora, ao invés de serem impedidos de

matar uns aos outros, não podem sequer atacar. Isto pode incluir os custos esperados da guerra, ou sanções de estados do status quo. No caso da coerção, dois imperativos funcionais poderiam ser a devastação planetária por colapso do meio-ambiente ou a guerra nuclear.

No caso do auto-interesse, a amizade é uma estratégia, um instrumento, que estados escolhem para obter benefícios para si mesmos como indivíduos, sem identificação do Self com o Outro, sem igualar os interesses nacionais aos internacionais, ou sacrifícios pelo grupo. Eles se comportam "como se" fossem amigos, o que produz resultados concretos, mas não é estável no longo prazo.

No terceiro grau, os estados aceitam as implicações de uma cultura Kantiana sobre seu comportamento como legítimas, embora a identificação com outros seja raramente total – em parte devido à natureza ambivalente de toda internalização pelo medo da perda da individualidade, de ser engolido pelo grupo.

"O que uma cultura Kantiana baseada na governação da lei sugere, em outras palavras, é que duas dimensões são relevantes para a constituição da anarquia/não-anarquia ao invés de uma: o grau de centralização do poder e o grau de autoridade que as normas do sistema possuem. Estas dimensões são logicamente independentes [...]" (Wendt, 1999:308).

Recapitulando, a questão central desta dissertação é a transição, a mudança da estrutura. A estrutura em Wendt é anárquica, definida simplesmente pela ausência de autoridade centralizada. Dentro da discussão sobre os efeitos de estruturas anárquicas, há duas questões centrais: a de variação e a de construção. A primeira é se a anarquia é compatível com mais de um tipo de estrutura, de lógica, e Wendt defende que três tipos de estrutura podem existir no nível macro, dependendo de qual papel – inimigo, rival ou amigo – é dominante no sistema, e chama estas estruturas de Hobbesiana, Lockean e Kantiana, respectivamente<sup>7</sup>. A anarquia em si é um receptáculo vazio e não possui uma lógica intrínseca, mas sim adquire uma dependendo da estrutura (de idéias) que se coloca nelas. Daí as diferentes possibilidades para a lógica da anarquia e o potencial para a mudança, que ocorre na transição de uma cultura para outra, ou dentro de uma mesma cultura<sup>8</sup> Estes papéis são propriedades de sistemas, e não de agentes. Quanto à

<sup>7</sup> Em uma alusão às três correntes de Wight, na Escola Inglesa.

<sup>8</sup> Estas culturas podem ser internalizadas por Estados de três formas, que correspondem de grosso modo a três correntes teóricas: a força, coerção (Neorealismo), o preço, o auto-interesse

segunda questão, a de construção, o sistema internacional constrói Estados, afetando identidades e interesses, e não meramente seu comportamento. Além disso, os efeitos são constitutivos, não apenas causais.

## 2.5

### Processo e mudança estrutural

Estruturas e agentes são ambos efeitos do que as pessoas fazem - são processos. Para analisar a mudança de culturas da anarquia (Hobbesiana, Lockeana, Kantiana), Wendt trata os agentes endogenamente, ou seja, sua identidade/interesses não são dados como na teoria racionalista, mas são construídos e reforçados na interação (vista pelo interacionismo simbólico de Mead), levando portanto, possivelmente, à formação de uma identidade coletiva.

"[...] a negligência dos Neorealistas quanto ao processo, que ao tratarem a lógica da anarquia como uma constante estão dizendo que restringe em boa parte o que estados podem fazer dela. [...]. Sem a cultura Neorealistas ficam com a definição superficial da mudança estrutural como uma mudança na distribuição de capacidades, que pode afetar a interação mas não a lógica da anarquia. Isto leva à conclusão não intuitiva de que o final da Guerra Fria em 1989 não foi uma mudança estrutural, mas o colapso da União Soviética em 1991 foi (de bi para multi ou uni-polaridade) apesar do fato de que o comportamento das grandes potências mudou dramaticamente depois de 1989 mas não depois de 1991. Uma teoria cultural da estrutura chega a uma conclusão oposta" (Wendt, 1999: 314)

Com um argumento que lembra um pouco o argumento liberal<sup>9</sup> (no sentido de uma contínua evolução, progresso), Wendt afirma que a estrutura profunda da política internacional passou por importantes mudanças, atingindo uma capacidade cada vez maior para ação coletiva a despeito da continuação da anarquia. "Embora a anarquia no sentido da falta de um governo comum tem sido uma constante durante a história do sistema interestatal, a cooperação entre os estados tem variado substancialmente" (Keohane, 1993:287).

Esta mudança não é fácil – como uma profecia auto-realizável, a cultura tem tendências homeostáticas, mais ainda dependendo de quão internalizada estiver. Como os estados podem produzir uma nova cultura da anarquia quando a estrutura atual os leva a reproduzi-la?

---

(Neoliberalismo) e a legitimidade (Idealismo, construtivismo). Daí a possibilidade de mudança no nível de internalização, além da mudança entre culturas.

<sup>9</sup> Esta idéia do progresso liberal é abordada no capítulo 2, especialmente com a paz democrática de Doyle e o triunfalismo liberal de Fukuyama.

Existem duas maneiras de abordar esta questão, uma que lida com os agentes como exógenos ao processo, e outra que os trata como endógenos.

A primeira forma o núcleo da abordagem racionalista da interação, e pode-se incluir neste caso a teoria dos jogos, que tem um funcionamento analítico de dois passos: primeiro existe um passo exógeno de formação de preferências, e depois um passo de interação entre os atores, cujo resultado vai ser determinado pelo preço (o resultado esperado) de diferentes comportamentos). O racionalismo não exclui a possibilidade de mudança nos interesses e nas identidades, no entanto, mas esta mudança só pode ocorrer no primeiro passo, ou seja, fora da interação. Isto seria compatível com a visão liberal de que mudanças domésticas podem levar a mudanças na estrutura do sistema.

A segunda visão do processo, construtivista, onde se inclui o interacionismo simbólico, assume que o que está em jogo na interação é mais do que o ajuste de comportamento a uma mudança de preços. As identidades e interesses dos atores estão envolvidos.

"Na interação, estados não estão apenas procurando conseguir o que desejam, mas tentando sustentar as concepções de Self e Other que geram estes desejos. [...] O modelo construtivista está dizendo que as fronteiras do Self estão envolvidas e portanto podem mudar na interação, de forma que estados cooperativos possam formar uma identidade coletiva." (Wendt, 1999:318).

É interessante deixar de lado (colocar entre parênteses) o processo de seleção natural e focalizar a atenção sobre a seleção cultural – um mecanismo evolutivo que transmite os determinantes do comportamento através do aprendizado social, imitação ou processo semelhante – remetendo à "socialização" de Waltz..

Wendt examina estes dois mecanismos, a imitação e o aprendizado social. No primeiro, "identidades e interesses são adquiridos por imitação quando atores adotam as auto-concepções daqueles que percebem ter 'sucesso' e tal imitação torna as populações mais homogêneas" (Wendt, 1999:325). Contudo, o que conta como sucesso depende de regras ou padrões de medição, e estes padrões são sempre constituídos por um entendimento compartilhado que depende do contexto cultural. A imitação é de fato um dos fatores levantados para o final da Guerra Fria, e está presente em algumas análises de cunho liberal, incluindo as mais radicais como as de Fukuyama- na medida em que o modelo capitalista, liberal e

democrático era tão bem-sucedido, e, ao mesmo tempo, o da União Soviética era fadado ao fracasso, a mudança da política externa soviética seria praticamente inevitável<sup>10</sup>.

"No coração das convicções da direita sobre porque a estratégia do Ocidente foi bem-sucedida em acabar com o comunismo está a crença de que a 'natureza da fera' [...] continha em si fraquezas intrínsecas que a tornariam vulnerável a pressões externas" (Kegley Jr., 1994:19).

A imitação também aponta para o perigo de uma queda na anarquia Hobbesiana:

"Enquanto que a seleção natural pode mudar as características de uma população apenas depois de várias gerações, a imitação pode fazê-lo tão rapidamente quanto o sucesso de uma idéia puder ser demonstrado, certamente dentro do espaço de tempo de uma única geração. [...]. E no lado do status, uma vez que normas Hobbesianas se tornem dominantes a idéia de que o sucesso na guerra não é uma questão apenas de vida ou morte mas de prestígio e virtude, pode tomar conta da coletividade, criando uma razão além do valor da sobrevivência para estados imitarem aqueles que incorporam tal padrão. [...] O resultado é um comportamento 'realista', mas um gerado por um mecanismo bem diferente da dinâmica de seleção natural enfatizada por Darwinianos, especificamente um processo Lamarckiano aonde o compartilhamento de idéias é central." (Wendt, 1999: 326).

Quanto ao aprendizado social, modelos racionalistas quando incorporam aprendizado enfatizam seus efeitos no comportamento (aprendizado "simples"), mas abordagens construtivistas ressaltam a possibilidade de que o aprendizado tenha efeitos constitutivos em identidades e interesses (aprendizado "complexo"). "A idéia básica é de que identidades e seus interesses correspondentes são aprendidos e então reforçados em resposta a como os atores são tratados por Outros significativos" (Wendt, 1999:327). Ou seja, os atores moldam a sua concepção de si mesmos a partir de "reflected appraisals", refletindo a representação que Outros tem do Self. Poder e relações de dependência têm um papel importante, contudo, na medida em que nem todos os Outros são igualmente significativos.

Wendt apresenta um modelo de interação onde dois atores, Ego e Alter, se encontram num mundo sem idéias compartilhadas, para entender duas questões: o que atores levam para uma interação, e como aprendem identidades uma vez que chegam lá.

<sup>10</sup> Esta discussão será retomada no capítulo 2, na seção sobre o "fracasso das economias centralizadas", que na realidade aborda esta idéia de falha inerente ou inferioridade do projeto

Ego e Alter trazem dois tipos de bagagem, uma material – corpos e necessidades associadas – e outra representacional, idéias prévias sobre quem são. As necessidades de estados incluem a segurança física, autonomia, bem-estar econômico e auto-estima coletiva, e os atores resistirão a identidades que entrem em conflito com estas necessidades. Ao mesmo tempo, elas não explicam a variedade de identidades, porque são as mesmas para todos os estados – não são interessantes para entender porque o aprendizado cria identidades egoístas ou coletivas.

As idéias pré-concebidas sobre quem são, que os atores levam consigo, formam o ponto inicial para a interação, mesmo que não compartilhem representações. Como os papéis são relacionados internamente - "Identidade é um conceito *relacional* na medida em que apenas faz sentido falar sobre o self quando um relacionamento com o outro está presente" (Messari, 2001:228), -designar um papel para o Self implicitamente designa um para o Outro.

Há dois aspectos neste processo de atribuir identidade ao outro. Um é o "role-taking" e o outro, "altercasting". No primeiro, escolhe-se entre representações disponíveis uma para o Self, e assim os interesses que terá na interação. Na vida real, os atores tem restrições significativas nas suas escolhas, mas por mais não-relexiva que pareça a questão, existe sempre uma escolha, um aspecto voluntarista. E daí chega-se ao segundo aspecto. Ao escolher um papel de identidade específico Ego está colocando Alter em um papel correspondente que dá significado à identidade de Ego. Por exemplo, ao tomar para si o papel de nação civilizada, coloca-se (alguns) Outros no papel de bárbaros, justificando a existência do primeiro papel.

"[...] o que era importante era a aspiração de novos pensadores Soviéticos de juntar-se à liga Kantiana pacífica de estados liberais e sua expectativa de que as democracias desenvolvidas agiriam em matérias de segurança como se a União Soviética fosse uma democracia." (Snyder, 1995:116).

Com estas representações, Alter e Ego constroem a definição da situação. Estas definições, mesmo que não sejam "reais" , o são em suas consequências, porque vão gerar comportamento compatível com este entendimento. Normalmente, este entendimento está inserido em uma cultura, e é portanto

compartilhado, mas não neste exemplo de um primeiro encontro, onde cautela sobre a segurança física será o provável resultado da situação de incerteza.

A cena social da interação pode ser dividida, de acordo com Wendt, em quatro. Na primeira:

"baseada na sua definição prévia da situação, Ego toma alguma ação. Isto constitui um sinal para Alter do papel que Ego quer ter na interação e do papel correspondente que deseja colocar para Alter[...] Cena dois: Alter pondera o significado da ação de Ego. [...] Se Alter muda suas idéias por causa da ação de Ego, então ocorreu aprendizado (simples ou complexo).[...] Cena três: baseada na sua nova definição da situação, Alter também executa uma ação [com papel semelhante à de Ego][...] Cena quatro: Ego interpreta a ação de Alter e prepara sua resposta" (Wendt, 1999:330).

Este ato social será repetido até que um ou outro decida que a interação terminou. Neste meio tempo, vão conhecendo um ao outro, mudando uma distribuição de conhecimento que era privado (estrutura social) para uma que pelo menos em parte é compartilhada (uma cultura). O poder entra para fazer outros apoiarem sua definição da situação – poder é a habilidade de poder se dar o luxo de não aprender – talvez como os Estados Unidos atualmente?

Nesta interação, portanto, atores revisam suas definições da situação baseados em novas informações, ou seja, aprendem, e parte do que está sendo produzido neste processo de aprendizado é a capacidade de enxergar-se através do Outro: "tomar perspectiva". Trata-se de ser capaz de antecipar a reação de outros ao Self, o que requer a habilidade de ver o Self através de seus olhos – que não é a mesma coisa que empatia, que é experimentar o bem-estar do Outro como se fosse o seu, inimigos também tomam perspectiva.

"O que distingue este modelo de seu contraparte racionalista é a concepção diferente do que está acontecendo ou do que está em jogo quando atores interagem, especificamente a produção e reprodução de identidades e interesses, e não escolhas estratégicas com base em identidades e interesses dados" (Wendt, 1999:336).

A possibilidade de uma identidade coletiva, e a partir daí, interesses coletivos, significa que atores consideram o bem-estar do grupo como um fim em si mesmo. Ainda são racionais, mas a base do cálculo é o grupo. Contudo, estas identidades coletivas variam de acordo com o relacionamento, e a amplitude e profundidade das conseqüências de uma identidade coletiva depende dos

propósitos com os quais foi construída. Finalmente, mesmo dentro de um relacionamento e de uma questão específicas, freqüentemente vai estar em conflito com identidades egoístas – a identificação total é rara. Há círculos concêntricos de identificação.

A mudança na estrutura envolve uma mudança na identidade coletiva:

"Mudanças de identidade e mudanças estruturais não são equivalentes, já que a formação da identidade acontece em última instância no nível micro, e mudanças estruturais no nível macro, mas estas últimas tem superveniência sobre as primeiras." (Wendt, 1999:338).

Wendt toma como exemplo para discussão uma cultura Lockeanas como ponto de partida, e estuda como poderia ser transformada em uma cultura Kantiana – uma questão importante no pós-Guerra Fria.

A mudança estrutural é difícil por motivos internos – fatores dentro de atores que os tornam resistentes à mudança, como a necessidade humana por segurança ontológica, mas mais importante do que isto, a internalização de papéis nas identidades. Motivos externos também podem inibir a mudança. Instituições tais como soberania e balanço de poder premiam certos comportamentos e punem outros. De qualquer modo, culturas são fenômenos de nível macro que se tornam instáveis apenas quando suficientes importantes atores mudam seu comportamento. "Tanto por motivos internos quanto externos, portanto, culturas tem uma qualidade inerentemente conservadora que torna a mudança estrutural a exceção, não a regra" (Wendt, 1999:340). Além disto, a mudança estrutural é "path dependent" – a evolução das identidades é um processo de discussão entre os "selves" atuais e os possíveis, e não há garantia de que seja possível livrar-se do peso do passado.

Contudo, as identidades estão sempre em processo, e sempre sendo contestadas – elas são resultado da prática. Mesmo que pareça dado, é sempre um processo – tanto na evolução de identidades coletivas quanto nas suas contrapartes egoístas.

A *realpolitik* é *um* dos resultados possíveis da interação, produzindo inimigos – envolve tratar outros em termos auto-interessados, considerando-os como objetos, sem direitos. Na outra ponta, a prática representacional pode produzir amigos, não só respeitando sua segurança individual mas tendo a

disposição de ajudar mesmo quando não fizer parte de um propósito auto-interessado definido de modo restritivo. Na realidade, como a lógica dos "reflected appraisals" depende de como os atores pensam que estão sendo julgados, existe um potencial significativo para barulho na comunicação. "Mas no final, a evolução da interação social é condicionada menos por poder do que pelos propósitos aos quais serve. Tratar o Outro de forma pró-social, "como se fosse" um amigo, reflete o tipo de propósito que tem mais chance de criar identidades coletivas, e é em última instância o que temos que explicar(...). Somos – ou nos tornamos – o que fazemos. Atores podem fazer coisas mesmo que não tenham ainda as identidades que as práticas vão eventualmente criar"(Wendt, 1999:342)

As variáveis centrais nesta explicação são a interdependência, o destino comum, homogeneidade e auto-controle. As primeiras três são causas ativas e a última é permissiva. É necessário pelo menos uma causa ativa bem-sucedida combinada com o auto-controle, que tem um papel chave – inclusive o auto-controle aparece como uma importante causa da paz democrática, mas trata-se de estados evitando uma prática (a guerra) e não trabalhando juntos.

Atores se tornam interdependentes quando o resultado da interação para cada um depende das escolhas de outros. Para levar à identidade coletiva, a interdependência deve ser objetiva, e a relação entre as duas é constitutiva. Wendt analisa a evolução da cooperação em um jogo iterativo de Dilema do Prisioneiro de Axelrod, mas complementa de duas maneiras – a possibilidade de aprendizado complexo e de comunicação verbal. Esta última é particularmente relevante, permitindo que trabalho ideológico crie uma representação compartilhada da interdependência e do "nós" que constitui, antes da tomada das decisões de ação. Em um processo discursivo, a confiança pode em certa medida ser construída previamente, num processo de "elicitative trust", onde atores evocam cooperação de outros ao comunicar que é esperada. Isto funciona através de "reflected appraisals" – a constituição discursiva de um Nós inclui a representação do Self e do Outro de maneiras que geram comportamentos pró-sociais que reforçam o papel coletivo que cada identidade possui.

O discurso e a linguagem tem um papel particularmente importante na versão de Onuf do construtivismo:

"Tomando o caminho lingüístico, ele [Onuf] deteve-se em uma segunda resposta,

menos radical, à pergunta epistemológica 'A verdade depende do que dizemos?' A linguagem é de fato implicada no mundo que se propõe representar. A resposta implica numa afirmativa para a questão ontológica 'O mundo é algo que inventamos?' Ele então desenvolveu um argumento adicional sobre linguagem. Usamos a linguagem para representar o mundo para nós mesmos, assim como sempre pensamos, e usamos a linguagem de forma deliberada para trazer nossas representações do mundo – como acreditamos que seja e como queremos que seja – para ter impacto neste mundo. A linguagem é a ferramenta mais poderosa disponível para a construção social, como uma atividade contínua e em grande medida não premeditada na qual todos estão inevitavelmente envolvidos" (Kubáľková, et al., 1998:17).

Uma das críticas centrais a esta visão do processo de interdependência como um todo é de que a capacidade da interdependência de gerar cooperação e a formação de identidades coletivas é restrita pelo medo de ser explorado – a vulnerabilidade que leva à insegurança. Por outro lado, a política internacional hoje tem uma cultura Lockean e não Hobbesiana, reduzindo o aspecto de auto-ajuda do sistema, e portanto os custos de ser explorado – a sobrevivência também não está em jogo, e na medida em que a cultura é internalizada, estados tem pouco interesse em explorar outros, não porque são forçados a isto (coerção) ou acreditam que é do seu auto-interesse, mas porque querem (é o comportamento legítimo). Saber que outros estados vão se auto-restringir é uma condição chave para estados se beneficiarem dos efeitos positivos da interdependência. A transformação da União Soviética teria sido certamente mais difícil em um ambiente internacional mais hostil ou ameaçador.

Atores tem um destino comum quando a sobrevivência e bem-estar do indivíduo depende do que acontece com o grupo como um todo. Enquanto a interdependência surge da interação entre duas partes, o destino comum é constituído por uma terceira parte que define as duas primeiras como um grupo. Realistas costumam usar este argumento para explicar alianças, por exemplo, na Guerra Fria, a ameaça (construída discursivamente) da União Soviética teria sido um fator para a união da Europa e Estados Unidos – mas o resultado é sempre uma mudança no comportamento, não na identidade.

Algumas vezes, atores permanecerão egoístas mesmo frente a um destino comum – e assim estar de acordo com a hipótese racionalista de que esta situação afeta apenas o comportamento, e não a identidade. Mas os atores podem formar identidades coletivas.

"A teoria de seleção de grupos argumenta que em uma competição entre grupos, grupos de altruístas tem uma vantagem evolutiva sobre grupos de egoístas, porque os primeiros podem gerar ação coletiva mais facilmente, e precisam dedicar menos recursos para policiar seus membros" (Wendt, 1999:350).

Mas o fato de ser benéfico para o grupo não explica como os seus membros se tornam altruístas – o altruísmo envolve uma tensão entre níveis de seleção. Dentro de um mesmo grupo, egoístas vão ter melhores resultados do que altruístas.

A cooperação repetida leva a hábitos de pensamento que motivam atores a cooperarem mesmo depois que a fonte do destino comum desaparece<sup>11</sup> (Wendt dá o exemplo da OTAN) – não apenas pelos custos de transação de abandonar o regime, mas porque querem (legitimidade, e não auto-interesse).

Um dos temas envolvidos no final da Guerra Fria é justamente a perda de uma ameaça, a redefinição da política externa americana. De fato, pode-se pensar que a redefinição dos Estados Unidos pela União Soviética, de ameaça para rival e de rival para amigo em tão curto tempo desorientou o entendimento que era compartilhado entre os dois países.

A constituição do destino comum pode ser levada adiante pelo potencial da comunicação verbal, com a representação simbólica. Isto pode precisar de mais ou menos trabalho ideológico dependendo da clareza da ameaça – no caso americano atualmente, a necessidade de um grande esforço de persuasão, mesmo vindo da maior potência do planeta (lembrando que o poder é um fator na constituição dos entendimentos compartilhados na interação), parece mostrar a fragilidade do argumento. De qualquer modo, o destino comum não é suficiente sem a promessa do auto-controle, pois os atores temem serem explorados por outros dentro do coletivo.

A terceira causa ativa da identidade coletiva é a homogeneidade. Atores organizacionais como o estado podem ser similares em suas identidades corporativas ou de tipo, a primeira referindo-se ao isomorfismo de forma, função e poderes causais, e a segunda tratando de variações de tipo dentro de uma determinada identidade corporativa – no caso de estados, como a autoridade política é organizada, seu tipo de regime.

---

<sup>11</sup> Um raciocínio similar ao que Keohane expõe para explicar a continuação de instituições mesmo na ausência das condições iniciais que as criaram, em *After Hegemony* (1990).

Categorizar outros como similares a si mesmo não é a mesma coisa do que se identificar com eles, mas induz a este resultado de suas maneiras: o primeiro efeito, indireto, é reduzir o número e a força de conflitos que podem surgir das diferenças de identidade. O segundo efeito é que a relação de correspondência entre realidade e percepção tenderá a produzir comportamentos pró-sociais – se são similares, serão tratados de forma similar. Mesmo levando em conta que a definição de atributos de estados depende de quem vê e está aberto a discussão, a posição do realismo científico é de que a observação é carregada de teoria, mas não é determinada por ela, e a realidade objetiva impõe custos àqueles que escolhem ignorá-la.

Ao mesmo tempo, a homogeneização não é uma condição suficiente, pode surgir, por exemplo, um "narcisismo das pequenas diferenças". O próprio sucesso da homogeneização é um problema – erode a base da fronteira cognitiva que separa os grupos (a diferença), e assim coloca em questão a razão de ser do grupo. Além disto, na medida em que se tornam mais similares, a possibilidade de uma divisão do trabalho diminui.

A homogeneidade de qualquer modo facilita o consenso que comunidades de fato precisam, sobre valores e instituições, e assim tem o potencial de reduzir o conflito e aumentar a capacidade de ver o Self e o Outro como membros do mesmo grupo.

O processo descrito pelas três variáveis ativas, no entanto, não pode ir adiante sem o componente do auto-controle, na medida em que os atores têm que sobrepujar seu medo de serem engolidos, física ou psicologicamente, por aqueles com quem se identificam – o que é melhor para o grupo nem sempre é melhor para o indivíduo, e os atores devem confiar que suas necessidades serão respeitadas.

"Eles [os novos pensadores] admitiam que a 'democracia burguesa' não impedia um comportamento agressivo dos Estados Unidos em casos como Granada, Nicarágua e Afeganistão, que envolviam pouco ou nenhum risco para o cidadão médio. Contudo [...] a democracia burguesa servia como uma barreira definitiva para o caminho que levava para a eclosão de tal guerra [uma grande guerra entre os dois sistemas].[...] Acima de tudo, a garantia de Gorbachev de que as retiradas não seriam exploradas advinham menos do às nuclear na manga do que da avaliação correta dos novos pensadores sobre as políticas relativamente benignas [o auto-controle] do Ocidente democrático" (Snyder, 1995:114).

Uma das soluções tradicionais é a pressão de uma terceira parte, que pode ser coercitiva (hierarquia militar), ou institucional. Estas últimas são restrições externas quando internalizadas até o primeiro ou segundo grau.

A tecnologia militar e regimes de segurança pouco internalizados, portanto, podem servir como substitutos funcionalmente equivalentes ao poder restritivo de um Leviatã (ausente na anarquia) – mas formam uma solução que é temporária e imperfeita, porque não lidam com a questão da confiança diretamente. Não garante que atores não vão procurar maneiras de escapar das restrições ou violar as normas do regime. Com restrições que são apenas externas, a identidade coletiva se torna difícil, porque não se pode confiar que atores, por conta própria, respeitarão as necessidades do Self – um problema presente mesmo na hierarquia. "O auto-controle de Ego permite que Alter desista de seus termos egoístas da individualidade em troca de uma identificação com Ego" (Wendt, 1999:359).

Uma crítica significativa é a impossibilidade de ler as mentes de outros, ou seja, incerteza sobre se de fato vão se controlar na ausência de restrições externas. Apesar disto, de fato seres humanos fazem inferências corretas sobre as suas intenções o tempo todo – a sociedade seria impossível sem isto. Ajudar a fazer estas inferências é uma das coisas para as quais serve a cultura, o conhecimento compartilhado.

"Uma regra é uma afirmação que diz as pessoas *o que devem* fazer. O "o que" na questão é o padrão para a conduta das pessoas nas situações que podemos identificar como similares, e que esperamos encontrar. [...] As regras dão escolhas a agentes. Como já vimos, a escolha mais básica é seguir a regra – fazer o que a regra diz que o agente deve fazer – ou não. [...] Quer seja acidentalmente ou de propósito, regras e práticas relacionadas formam um padrão estável (mas nunca fixo) ajustando as intenções de agentes." (Onuf, 1998:59-61).

Como que atores chegam a este conhecimento (imperfeito, mas funcional) sobre o que outros vão ou não fazer? Uma possibilidade é que a obediência repetida gradualmente internalize a instituição da comunidade plural de segurança até o terceiro nível – um processo lento. Outro caminho são as políticas domésticas, identificado com a teoria liberal de RI. Algumas práticas domésticas conduziriam ao auto-controle na política externa, o caso mais estabelecido sendo o da democracia. O terceiro caminho para o auto-controle pode funcionar onde outros falharam: compromisso auto-imposto – iniciativas unilaterais sem expectativa de reciprocidade específica, procurando diminuir a ansiedade de Alter sobre as intenções de Ego.

"Por exemplo, um ator poderia [...] retirar-se de terras ocupadas (como os Soviéticos fizeram na Europa Oriental e Afeganistão) [...]. É claro, ações de auto-sacrifício como estas apenas fazem sentido se um estado acredita que não será danificado severamente como resultado, que é precisamente o tipo de crença mais difícil de se ter em um sistema de auto-ajuda (daí o 'dilema' de segurança). Assim, como uma pré-condição para o compromisso auto-imposto, pode ser necessário que um estado revise para baixo, por conta própria, as ameaças que enfrenta. Como resultado de tal exame pode perceber que a 'suficiência' nuclear é suficiente para deter a agressão ao invés da paridade ou superioridade, que Alter não é tão hostil quanto se pensou previamente, ou que a hostilidade é contingente nas ações do próprio Ego. Esta última possibilidade é particularmente interessante, já que envolve reconhecer e terminar a contribuição de si mesmo para a profecia auto-realizável que sustenta o dilema de segurança, o que requer um olhar crítico para o 'Me' a partir do 'I'. Não costumamos esperar tal reflexividade dos estados, mas uma importante exceção foi o esforço dos Novos Pensadores da União Soviética [...]" (Wendt, 1999:362).

"As ações de Gorbachev escaparam das expectativas neorealistas quando ele descartou a Doutrina Brehznev, permitiu que revoluções depusessem os regimes comunistas da Europa Oriental, e aceitou a queda do pacto de Varsóvia. O Neorealismo falhou em explicar estas concessões unilaterais e políticas conciliatórias porque não se preocupa nem com a estrutura interna de unidades nem com questões de legitimidade. [...] Gorbachev percebeu que a reforma só poderia ser bem-sucedida se tanto atores domésticos quanto externos pudessem ser motivados a colaborar nas arenas política e econômica sem a ameaça de repressão e força" (Koslowski et al. 1, 1995: 129).

Ou seja, enquanto o auto-controle não é uma causa ativa da identidade coletiva – não entra neste caso nos motivos que levaram Gorbachev a tentar a aproximação com o Ocidente -, por outro lado ele reduz as ansiedades dos estados sobre serem engolidos se derem ao Outro alguma responsabilidade pelo Self (neste caso, um sistema de segurança que é um pouco mais coletivo, ou seja, onde a União Soviética não é a única responsável e desejosa de sua própria segurança, em meio a um ambiente hostil e ameaçador), permitindo que os incentivos das outras variáveis funcionem

É na interação entre agentes estatais que a estrutura do sistema internacional é produzida, reproduzida e algumas vezes transformada. Os agentes estão em jogo no processo de interação, suas propriedades e não apenas seu comportamento – se o auto-interesse do realismo não é sustentado na prática, não sobreviverá. E daí nasce a possibilidade da mudança estrutural.

## 2.6 Conclusão

Este capítulo procurou apresentar os principais conceitos e argumentos do construtivismo de Wendt que serão utilizados nos capítulos dois e três.

Em primeiro lugar procurou-se caracterizar o campo das Relações Internacionais com o quadro idealismo x materialismo e holismo x individualismo, colocando o "Social Theory...." no campo idealista e holista, e ressaltando a importância da discussão sobre ontologia, e a *via media* para contribuir para o Terceiro Debate.

A explicação do realismo científico (que não deve ser confundido com o realismo das Relações Internacionais) é relevante para entender o conceito de tipo social e de estruturas não-observáveis que constituem agentes e regras da interação – o realismo científico ajuda a construir a *via media* entre uma epistemologia positivista e uma ontologia pós-positivista.

Em seguida vem a explicação do que é idealismo, e dentre os conceitos mais relevantes estão o de teoria constitutiva (importante para entender a construção da cultura e a constituição da identidade dos atores) – uma vez limitando o significado de materialismo, fica claro que idéias constituem interesses e estão na base de explicações ostensivamente materialistas – mesmo que o mundo material oferece resistência a interpretações (o "rump materialism"). Deste modo, poder e interesse são fatores importantes mas seus efeitos dependem de idéias constituídas em forma de cultura, e este deve ser o ponto de partida.

No debate entre agência e estrutura, Wendt resgata a interação excluída por Waltz e coloca-a firmemente no nível sistêmico, dividindo a estrutura em dois efeitos, causal e constitutivo, e dois níveis de estrutura, micro (interação) e macro (cultura). O argumento é de que uma ontologia individualista não é capaz de lidar com os efeitos constitutivos de uma estrutura cultural.

Wendt constrói uma teoria do estado, defendendo a hipótese de que estados sejam atores unitários aos quais é possível atribuir identidades, interesses e intencionalidade, utilizando conclusões das teorias de estado Weberiana e Marxista. Uma vez constituídos como atores, é importante mostrar que características que Realistas consideram essenciais destes atores, incluindo o caráter auto-interessado e a busca do poder, são contingentes e socialmente

construídos. Nesta parte explica-se o conceito de identidade<sup>12</sup>, dividido em quatro tipos (pessoal/corporativa, tipo, papel e coletiva).

O conceito de cultura é abordado, dividindo-o em três, Hobbesiana, Lockean e Kantiana, com três níveis de internalização (pela coerção, auto-interesse e legitimidade). A estrutura profunda da anarquia ganha conteúdo com a distribuição de papéis através dos quais os atores estatais designam o 'self' e o 'other'. O sistema internacional é caracterizado como Lockeano com elementos Kantianos (e o final da guerra fria é importante nesta mudança, como se verá no capítulo 3).

Finalmente, um ponto muito importante é feito: processos de interação reproduzem e transformam estruturas sistêmicas. Estruturas e agentes são ambos resultado do que atores fazem. É a afirmação de que agentes e estruturas são em si mesmos processos, ou seja, resultados contínuos da prática, que dá significado à frase *Anarchy is what states make of it*. Este potencial de mudança sistêmica é uma contribuição importante do construtivismo de Wendt e contribui para o entendimento do final da Guerra Fria.

---

<sup>12</sup> I will treat it [identity] as a property of intentional actors that generates motivational and behavioural dispositions. This means that identity is at base a subjective or unit-level quality, rooted in an actor's self-understandings. However, the meaning of those understandings will often depend on whether other actors represent an actor in the same way, and to that extent identity will also have an intersubjective or systemic quality" (Wendt, 1999:224).

